
RENAMO: OS FACTOS QUE CONHECEMOS

por Gulamo Tajú (*)

INDICE:

1. Introdução
2. Os Acordos de Lusaka frustram a Resistência da CIO rodesiana e o Programa de Lusaka da Frente Interna de Jardim (1962/ 74);
3. A constituição do MNR na Rodésia e a conversão da UNAR em Africa Livre, no Malawi (1975/80);
 - 3.1. A Rodésia ataca Moçambique e organiza a Resistência (1975/79);
 - 3.2. A crise do MNR (1979/80);
 - 3.3. A Africa Livre e a Zambézia (1975/80);
4. A Africa do Sul ataca Moçambique usando o MNR como meio principal (1981/82);
5. Agressões directas das SADF e negociações (1983/84);
6. Nkomati: conteúdo e alcance (1984/ ...);
7. O Ocidente e Moçambique: demonstrando na prática as vantagens superiores do sistema capitalista;
8. Conclusão
9. Notas

(*) - Investigador do Centro de Estudos Africanos da UEM

1. INTRODUÇÃO

"O imperialismo utiliza diversos instrumentos, diversas formas de actuação. Até 1975, o colonialismo português era o nosso inimigo principal. De 1975 a 1980, o imperialismo atacou-nos com a máscara do regime minoritário e racista da Rodésia do Sul. A partir de 1980 usa como ponta de lança o regime nazi-fascista do 'apartheid'. Mas, por baixo dessas pinturas todas - do colonialismo, do fascismo, do apartheid, da rebelião rodesiana - encontramos sempre o imperialismo, as suas armas, o seu dinheiro para oprimir o povo (...)" [Samora MACHEL, Rompamos definitivamente com a burguesia para consolidar o poder popular, Maputo: ed. do Partido Frelimo, 1982, p.24].

Este artigo pretende sumarizar a trajectória do grupo conhecido (tal como o próprio se identifica) sucessivamente por Africa Livre / MNR - Renamo, usando uma periodização histórica e baseando-se em materiais largamente já do domínio público, de forma a captar-se no essencial as origens, causas e mecanismos da desestabilização a Moçambique.

2. OS ACORDOS DE LUSAKA FRUSTRAM A RESISTENCIA DA CIO RODESIANA E O PROGRAMA DE LUSAKA DA FRENTE INTERNA DE JARDIM (1962/74)

Samora Machel situa as raízes da Renamo na própria fundação da Frelimo, em 1962, argumentando que "São problemas que a Frelimo traz consigo até à vitória e foram engrossados (...) pelos ultra-racistas que estavam aqui" [1].

Com efeito, a formação da Frelimo e os conceitos de "Nação" e "Frente" defendidos por Eduardo Mondlane [2], contrariaram as ambições de alguns líderes dos Partidos que estiveram na base da formação da Frelimo. Tal é o caso de Adelino Guambe, antigo Presidente da Udenamo que, não tendo sido eleito para a primeira Direcção da Frelimo, apareceu logo a sugerir a sua dissolução e formação de uma nova organização onde a Manu e a Udenamo tivessem representação equitativa na sua direcção [3]. E o desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional, o rumo que ela tomava, questionava os alicerces da reprodução do Subsistema Imperialista da Africa Austral cujo epicentro é a Africa do Sul [4].

O ano de 1963 confrontou Salazar (Presidente do Conselho de Ministros de Portugal) ante o seu argumento da presença portuguesa em Africa como "factor de estabilidade e para amortecer a confrontação entre os blocos raciais" com a perspectiva da "inevitabilidade da guerra" em Moçambique. Desenhando uma solução para a sua "comunidade lusiada (...) dos povos que haviam recolhido a influência da língua e da cultura portuguesa (sic)", encarregou a seu afilhado, Jorge Jardim, a missão de "angariar amigos" junto dos futuros governos do Malawi

e da Zâmbia, que colaborassem na estratégia política portuguesa de "não abandono do Ultramar" - o que facilmente seria obtido, desde Junho, da parte do Dr. Banda [5], minando toda a possibilidade da conversão do Malawi na retaguarda da Frelimo para a penetração na Zambézia e Tete.

O ano de 1963 assistiu, também, a importantes deserções da Frelimo e a proliferação de vários Partidos dos dissidentes. E nesse quadro que, em Março de 1965, na Zâmbia, é formado o Coremo (Comité Revolucionário de Moçambique) maioritariamente constituído por antigos líderes e membros da Udenamo que abandonaram a Frelimo, como Adelino Guambe, David Mabunda (Secretário-Geral da Frelimo na 1.ª Direcção eleita), Fanuel Guideon Mahluza (antigo vice-Presidente da Udenamo), Paulo Gumane e Amós Sumane [6].

O Coremo possuía escritórios na Zâmbia e no Malawi e durante um breve período realizou acções de provocação militar em Tete, para dificultar o avanço da Frelimo nesta região, o que pode ser ilustrado pelo encerramento da 1.ª Frente da Frelimo em Tete, no ano de 1965.

Em resultado de conflitos e quando o Presidente Adelino Guambe estava ausente, uma Conferência do Comité Executivo do Coremo, realizada em Maio de 1966, elegeu Paulo Gumane para Presidente, Amós Sumane para Vice-Presidente e Adelino Guambe para Secretário do Trabalho e Serviços Sociais [7].

Em finais do mesmo ano Adelino Guambe rompe com o Coremo, forma e dirige o Mopemo, depois Papomo (Partido do povo de Moçambique, com sede em Lusaka e delegação em Blantyre). Outros grupos emergiriam desta cisão do Coremo: Fumo (sediada no Quénia e dirigida por Narciso M'bule), Udenamo-2 e Udenamo-3 (sediadas respectivamente em Uganda e Egipto) e Unar (União Nacional Africana da Rumbézia, formada em 1968 no Malawi e com escritórios no edifício do Malawi Congress Party) [8].

Conforme documenta Coelho, Amós Sumane, em carta datada de 26 de Janeiro de 1968, dirigida ao Secretário das Relações Exteriores do Coremo, dizia: "Estou a mudar o programa e planos sobre a maneira de libertar esta terra querida do norte de Moçambique (...) Não devemos desperdiçar o nosso tempo em nos ligarmos com essas pessoas do sul de Moçambique em assuntos políticos (...) Nós do norte de Moçambique temos que nos unir uns aos outros, fazermos o nosso próprio programa mas não com estas pessoas" [9]. Esta seria a linha do argumento da Unar durante a sua existência [10].

A Unar era uma organização fraccionista, que pretendia criar o Estado independente da "RUMBEZIA", entre os rios Rovuma e Zambeze (incluindo a zona de Tete situada a sul deste rio), concebida e apoiada pela Pide-DGS e por Jorge Jardim, com o objectivo de criar uma "zona tampão" que impedisse o avanço da Frelimo para o Sul. Tornou-se seu Presidente Amós Sumane e o lugar de Vice-Presidente foi ocupado por Calisto Trindade - ex-

membro da Frelimo apresentado pelo Dr Banda com um cargo na administração pública por ter participado na contensão dos "ministros rebeldes" malawianos, e transferido em Março deste ano de 1968 para a firma " General Construction Company" do Cônsul de Portugal no Malawi e associado de Jorge Jardim em missões no Malawi e mais tarde na Zâmbia, Pombeiro de Sousa [11].

Banda apoiou a Unar sonhando com uma eventual anexação do Norte de Moçambique ao Malawi - ideia que acalentava há bastante tempo.

Com efeito, já em 1960, muito influenciado ainda pelas ideias pan-africanistas, argumentava que "Quando o Niassalândia tornar-se independente não ficarei parado até que a ele se junte grande parte de Moçambique" [12] - discurso que criou hostilidades com Portugal, que viriam a ser ultrapassadas no ano seguinte quando Jardim obteve um compromisso secreto com o líder do MCP [13].

A via do compromisso e da colaboração seria mais estreitada desde a segunda visita de Jardim ao Malawi, ocorrida em 1963. Nesta altura "agentes portugueses" (provavelmente Jardim e/ou Pombeiro de Sousa) entregaram a Banda um Mapa de Africa que indicava a extensão do Império Marave, assegurando-lhe que em breve o Norte de Moçambique seria cedido ao Malawi, desde que este não apoiasse os nacionalistas da Frelimo [14].

Convencido com a promessa, Banda correu a tentar persuadir em vão o Presidente Nyerere a colocar, oficialmente, junto dos países africanos (incluindo o prestigiado Ghana de Nkrumah) e de Portugal a reivindicação de que historicamente o Norte de Moçambique fazia parte do Malawi e da Tanzania [15].

Alimentando estas esperanças e visualizando já a Beira como o porto do futuro "Grande Malawi", Banda nomeou (no dia da independência do Malawi, em 1964) para seu Cônsul nesta cidade de Moçambique o Eng. Jorge Jardim.

E útil referir que laços etno-culturais e a experiência comum no trabalho migratório e todo o movimento preparatório da independência malawiana, nos quadros do neocolonialismo britânico, teriam alimentado entre as populações fronteiriças esperanças da viabilização da sua libertação pela integração de, pelo menos, essas regiões no Malawi, já que o regime colonial português, na sua tradição fascista, era intolerante. Ideias federalistas em relação ao Malawi emergiram no seio de nacionalistas moçambicanos da época [16].

Portugueses "liberais" eram favoráveis à ideia da Rumbézia, na medida em que isso permitia salvaguardar o Sul de Moçambique sob governo dos colonos [17].

A acção da Unar antes da independência de Moçambique perturbou a actuação da Frelimo na Zambézia. Uma companhia de homens desta região, chefiada por Silva desertou da Frelimo para

o Malawi. Outros homens da Zambézia também desertaram, instigados por um tal Atanásio Filipe Muhate que trabalhava com Jorge Jardim. No Malawi raptavam e assassinavam militantes da Frelimo, para de novo, do Malawi penetrarem na Zambézia, assaltando cantinas e raptando e assassinando pessoas em Milange, Tacuane e Morrumbala, atribuindo estes actos à Frelimo [18]. No entanto, a eficácia da Unar, nos objectivos de Jardim e Banda, parece não ter ido longe, tanto mais que, desde 1968, a Frelimo havia reaberto a Frente de Tete, ameaçando o projecto da Cabora-Bassa e preparando a travessia do Zambeze para o sul.

Superando obstáculos no seu seio (como é o caso das "duas linhas") e outros impostos pelo colonizador, a Frelimo consolidava as suas zonas libertadas em Cabo Delgado e Niassa e alargava as frentes da luta libertadora [19]. Já em princípios de 1969, pouco antes do seu assassinato, Eduardo Mondlane considerava que "(...) a Frelimo é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista (...) e a tendência agora é mais e mais em direcção ao socialismo do tipo marxista-leninista. (...) E impossível criar-se um Moçambique capitalista, seria ridículo o povo lutar para destruir a estrutura económica do inimigo e reconstruí-la a favor do inimigo. (...) Nós vamos criar um sistema económico socialista (...)" [20].

Toda esta evolução da Luta, com consequências futuras para Moçambique e mesmo para a região, foi cedo percebida pelas forças coloniais e capitalistas e também pelos "novos exploradores" que, em vão, tentaram travá-la pelo assassinato de dirigentes da Frelimo (incluindo o próprio Presidente Mondlane), pela infiltração e subversão ideológica e pela força militar [21].

Paralelamente, desde 1968, Marcello Caetano substituiu Salazar no cargo de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, com uma retórica de "autonomia progressiva e participada" das colónias [22] que, em nada de significativo, incluindo mesmo nas alianças regionais, difere do discurso luso-imperial de Salazar.

O aparente colapso do "Mapa Marave", a incapacidade da Unar erguer-se no terreno como alternativa, o desastre da tentativa de aliciamento de Uria Simango [23] para a "Autonomia", a liquidação definitiva do Coremo e outras pequenas organizações panfletárias como "forças" [24], levaram Jardim, desde 1970, a apostar numa nova alternativa para destruir a Frelimo. Com equipamento fornecido com muita rapidez pela Rodésia, participou na constituição do Centro Militar do Dondo para o treino dos GE's e GEP's [25] no sentido de estabelecer uma "Frente Interna" [26], ao mesmo tempo que tecia alianças regionais com a Suazilândia, Madagáscar e a Zâmbia [27] - como passos e compassos para novas manobras que culminariam com o "Progama de Lusaka" [28].

Todos esses passos foram sendo cadenciados com aplausos ao verbo de Marcello Caetano, remetidos aos quatro ventos através do "Notícias da Beira", em artigos assinados com as siglas "C.A." (Conselho de Administração) [29].

Entretanto, o Comando militar português, em Moçambique, lançava em 1970 a operação "Nó-Gordio", chefiada pelo General Kaúlza de Arriaga que, contra toda a expectativa dos seus planificadores, resultou em novos e positivos desenvolvimentos para o movimento de libertação: a Frelimo intensifica a guerrilha em Tete e atravessa a linha de defesa dos regimes brancos da Africa Austral - o rio Zambeze [30].

Mais do que nunca, as forças rodesianas mostram-se preocupadas com o evoluir da situação que se apresentava favorável também aos nacionalistas do Zimbabwe.

Em 1971, Ken Flower - Director da CIO (Central Intelligence Organization) rodesiana - reúne-se em Lisboa com Marcello Caetano, a quem apresenta a apreensão rodesiana face a deterioração da situação de segurança em Moçambique. De seguida, Flower conferencia em Paris com os "Serviços Especiais Franceses" sobre o mesmo assunto. Jorge Jardim, que alimentava ambições próprias, mostra-se diminuído com a atitude, acusando a Rodésia de estar interessada em se imiscuir na guerra em Moçambique. Nasce daí algumas desinteligências entre Jardim e Flower [31].

Numa tentativa de demonstração de força e visando abater a base camponesa de apoio à guerrilha da Frelimo, as forças coloniais realizam das maiores atrocidades militares massacrando populações civis indefesas em Mocumbura e Wiriamo (Tete) e, pondo de lado as aparentes "divergências nas políticas domésticas" (entre o racismo e apartheid rodesiano e sul-africano e o multirracismo português), em Maio de 1972 é assinado o Acordo Militar "ALCORA", entre Portugal, Rodésia e Africa do Sul, pretensamente com fins logísticos, para fazer face ao "inimigo comum" [32].

Entretanto, em Julho de 1972 a Frelimo empurrava o cenário da confrontação mais para uma das regiões de maior povoamento rural colono - Manica e Sofala e no N e NE da Rodésia aumentava a infiltração da guerrilha dos nacionalistas do Zimbabwe, partindo da Zâmbia e das zonas sob controlo da Frelimo em Moçambique. Forças rodesianas começaram a participar directamente em Moçambique ao lado das forças portuguesas contra a Frelimo e ZANU [33].

Ken Flower volta, neste ano de 1972, a Lisboa. Propõe a Caetano a criação de um movimento de "Resistência Moçambicana", agregando negros e nas linhas das "Flechas" de Angola, conjuntamente dirigido pela Pide-DGS e CIO, oposta à Frelimo e ZANU. Mas a aprovação é retardada [34].

A Rodésia faz um boicote à Zâmbia. Corta o tráfego ferroviário desprovendo-a de abastecimentos externos, particularmente do petróleo, e impedindo-a de escoar o seu cobre. Através da dupla Banda/Jardim, Kaunda obtem das autoridades de Lisboa garantias da permanência da utilização do caminho-de-ferro de Benguela ao porto de Lobito (Angola) e da ampliação do recurso

à via do Malawi para os portos de Nacala e Beira [35].

Jorge Jardim vai ganhando simpatias junto das autoridades zambianas e joga a sua cartada para uma "solução interna" do conflito, visando uma "paz para todos sem desonra para alguém". De Julho a Setembro de 1973, em Lusaka, é aprovado o "PROGRAMA DE LUSAKA" que, acima de tudo, define os direitos dos portugueses num futuro Moçambique independente integrado numa "Comunidade Lusitana" e que estabelece que "movimentos como a Frelimo" devem ser consultados na elaboração da futura Constituição de Moçambique [36].

Jardim vai acelerando a preparação das forças da "frente interna", entre as quais os GE's e GEP's que, no dizer do próprio progenitor, estavam "mentalizados para lutarem por um Moçambique governado por moçambicanos, sem quebra de se conservarem laços com Portugal, cuja colaboração no futuro do País se entendia indispensável ... (e) combatiam a Frelimo na medida em que esta se opunha à realização daqueles objectivos ou seria veículo à introdução de ideologias que conduziriam a novo colonialismo (sic)" [37].

Enquanto isso, desde finais de 1973 e antecedendo à intensificação da pressão rodesiana para a criação da "Resistência", na região de Gondola (Manica), sob direcção do Major Oscar Cardoso e às ordens da Pide-DGS, vai sendo treinado um grupo das "Flechas" (cujo emblema seria herdado e "eternizado" pelo MNR anos mais tarde) [38].

A 23 de Janeiro de 1974 Jardim (acompanhado por Pombeiro de Sousa) reúne-se em Lusaka com os colaboradores directos do Presidente Kaunda (e com o conhecimento deste), a quem apresenta o seu plano de 3 anos para "promover a evolução (política de Moçambique) dentro do quadro legal português e respeitar a orientação sempre defendida por Lisboa ... (de) recusa de transferir a soberania para a Frelimo", onde, sob a égide do Programa de Lusaka, "a independência não surgiria como imposição revolucionária mas antes como consequência evolutiva que o governo português parecia não enjeitar" [39].

A outra "solução" parecia prosseguir do seu lado imperturbavelmente. Em Março deste ano de 1974, em Lourenço Marques são acordadas as bases para a organização do já referido movimento de "resistência". Presentes ao encontro o Major Silva Pais (Inspector-Geral da Pide-DGS), António Vaz (Inspector da Pide-DGS em Moçambique), São José Lopes (Inspector da Pide-DGS em Angola) e Ken Flower (Director da CIO rodesiana). Detalhes logísticos seriam finalizados em Lisboa, nas vésperas do 25 de Abril, entre Flower, Silva Pais e Comandantes militares portugueses [40].

Contra o curso da "Resistência" e do "Programa de Lusaka" o golpe do 25 de Abril precipitaria (não sem obstáculos e contradições) os acontecimentos nos "Acordos de Lusaka", assinados a 7 de Setembro entre o Governo português e a Frelimo,

para a independência de Moçambique sob um governo desta [41].

A "frente interna" havia dilatada no pós-25 de Abril, tendo se organizado e desorganizado em vários partidos, das mais diversas tendências, mas todos unidos na esperança de "bater" a Frelimo no terreno político, num eventual referendo ou eleições para a independência. Achando-se "abandonada" pelos Acordos de Lusaka, lança no mesmo dia (7 de Setembro) um golpe de desespero tomando a Rádio Clube de Moçambique e experimentando um "Moçambique Livre", em Lourenço Marques (hoje Maputo) [42].

Golpe precipitado. Havia sido programado para tempos mais tarde e para servir de detonador do movimento da "Maioria Silenciosa", em Portugal, que iria repôr a ditadura fascista sob Spínola e garantir a continuação do império "ultramarino"[43]. A direcção da Frelimo estava ao corrente destes preparativos através dos seus militantes na clandestinidade, e preparava-se para isso [44].

O levantamento colono de 7 de Setembro seria desbaratado pela acção das populações suburbanas de Maputo associada à honesta intervenção das forças armadas portuguesas.

3. A CONSTITUIÇÃO DO MNR NA RODESIA E A CONVERSAO DA UNAR EM AFRICA LIVRE NO MALAWI (1975/80)

Fracassada a última oportunidade de impedir que a Frelimo chegasse à Ponta-Vermelha [45] e na sequência da derrota do exército invasor sul-africano que, desde Agosto de 1974, havia tentado impedir a tomada do poder pelo MPLA, em Angola, cai o colonialismo em Moçambique e Angola e erguem-se duas Repúblicas Populares ao lado de dois regimes racistas brancos. O balanço de forças na região é à favor do progresso. No Zimbabwe a ZANU toma a direcção do curso da História. A RPM toma as primeiras medidas tendentes a colocar importantes sectores sociais e económicos (tais como a saúde, a educação, a justiça, a terra) "ao serviço das largas massas" e se define como retaguarda segura dos povos em luta pela liberdade e justiça.

Milhares de colonos e seus séquitos buscam refúgio na Rodésia e na Africa do Sul ou regressam a Portugal.

A Africa do Sul ensaia a aprendizagem do "convívio" com dois regimes que lhe são ideologicamente hostis. No meio de uma desunião e debate entre a ala de Vorster (Primeiro-Ministro) e a dos militaristas Botha/Malan, o regime de Pretória segue aparentemente uma política de "détente", enquanto reformula a sua estratégia regional que seria definida em termos de "Constelação de Estados" (conceito promovido desde 2.a metade de 1978, com a subida de P.W. Botha) [46].

O regime rodesiano é cada vez mais ameaçado pelos

nacionalistas. ZANU tem em Moçambique a sua principal retaguarda e para aqui afluem milhares de refugiados que engrossam as ZANLA.

A rádio e imprensa ocidentais vendem a imagem de caos, insegurança, fugas, tentativas de golpes de estado, atentados à pessoa do Presidente Samora, criação de uma base militar aero-naval soviética em Bazaruto, soviétização de Moçambique, ao mesmo tempo que "há concentração de tropas racistas nas nossas fronteiras (...) e, nesse país vizinho racista se está a preparar um grupo mercenário, para ser introduzido clandestinamente no nosso território" [47]. Vão sendo criadas as condições psicológicas e os pretextos para uma invasão a Moçambique por forças externas.

3.1. A Rodésia ataca Moçambique e organiza o MNR (1975/79)

Contra a continuação do apoio à ZANU a Rodésia agride militarmente Moçambique independente. Desde pelo menos Agosto de 1975, localidades de Manica, Gaza e Tete, fronteiriças a Rodésia são alvos de ataques das forças armadas (terrestres e aéreas) de Ian Smith [48].

Quando, desde Março de 1976, Moçambique aplica as sanções decretadas pela ONU contra a Rodésia, esses ataques intensificam-se e alargam-se. Os raids afectam as províncias de Manica, Gaza, Tete e Sofala, a pretexto de perseguir os nacionalistas, mas pontes, povoações e diversas infraestruturas económicas não escapam à selecção rodesiana.

Em 1976 a "Central Intelligence Organization" (CIO) rodesiana cria a "VOZ DA AFRICA LIVRE", uma emissora que passaria a ser vulgarmente chamada em Moçambique "Voz da Quizumba" que, de Gwero, começou a emitir os seus programas anti-Frelimo desde Julho. O seu endereço era - P.O.Box: HG 444, Salisbury - o mesmo endereço da rádio oficial, Rhodesia Broadcasting Corporation. Não tinha uma direcção autónoma. Era dirigida pela "Directorate of Psychological Warfare" rodesiana, que elaborava todos os seus programas, mais em réplica à emissão externa da RM dedicada ao povo do Zimbabwe.

A propaganda veiculada pela Voz da Africa Livre é, nos inícios, marcadamente colonialista. O seu hino era a canção de João Maria Tudela, "Moçambique, Terra Portuguesa" (!) - posicionamento que imediatamente ia ao encontro dos "setembristas" ora radicados na Africa do Sul, Rodésia e Portugal, dos séquitos do colonial-fascismo e dalguns elementos expulsos ou desertores da Frelimo durante a Luta ou mais recentemente - indivíduos potencialmente utilizáveis em acções anti-Frelimo que era necessário agregar.

Tal linha de acção, pouco inteligente para ganhar um largo auditório de admiradores no interior do País, se tomarmos em conta que na memória dos moçambicanos das mais diversas tendências estava ainda fresca a "noite colonial" e vivia-se, no

mínimo, um período de euforia e de "camaradas", seria em breve corrigida por um "africanista" que, de acordo com o seu ex-patrão, "conhecia no máximo detalhe as regiões e as tribos do centro e norte de Moçambique, cujas línguas dominava na perfeição (...). [e] Tomava sempre o partido dos negros, com quem se entendia melhor do que com os brancos (...) no seu (incontível) nacionalismo moçambicano [sic]" [49]. Orlando Cristina seria o arquitecto da roupagem mais moçambicanizante para esta emissora rodesiana.

Ainda que organicamente não integrada naquilo que seria designado Movimento Nacional de Resistência (MNR), criado pouco depois desta rádio, um "Acordo" entre as duas forças, anunciado pela Voz da África Livre a 18.05.77, levaria à "coordenação da tática comum".

Como corolário destes dois factos a linguagem muda. Passa-se a ouvir palavras de ordem e canções de luta da Frelimo deturpadas a serem utilizadas no interesse da propaganda desta emissora. Uma propaganda anti-Frelimo mistura-se à exaltação da figura de Eduardo Mondlane com quem, os seus mentores, se dizem identificar e constituir os verdadeiros herdeiros, contra uma Frelimo "totalitária" e "traidora" de Machel. Insultos grosseiros contra Samora, Marcelino e outros líderes da Frelimo perfilam lado a lado com um anti-comunismo primário. Operações militares e vitórias são reivindicadas, mesmo em zonas onde nunca existiram [50].

Valendo-se do fundo humano fugido para a Rodésia, com apoio do "Special Branch" (policia rodesiana) que "peneirava" todos os migrantes provenientes de Moçambique, e testadas as primeiras tentativas de utilização destes elementos em companhias independentes ou integrados em regimentos rodesianos [51], Ken Flower organiza o MNR por ele justificado como "nossa resposta ao apoio que Moçambique dava a ZANU" porquanto "era a guerra, e em tempo de guerra tudo é permitido": entre Agosto e Setembro de 1976 realizaram-se em Odzi os primeiros treinos para o MNR [52].

Um cidadão moçambicano surge na Rodésia, fugido do campo de reeducação de Sacuze, para onde havia sido conduzido por crimes de delito comum (incluindo o roubo de um "Mercedes Benz"). Seu nome era André Matsangaissa. A CIO descobre nele "qualidades" para "Comandante-Supremo" do MNR [53].

A África do Sul esteve a par do estabelecimento deste grupo. De acordo com Johnson & Martin, a CIO rodesiana logo em 1976 buscou apoio sul-africano para a empresa. Carências orçamentais teriam levado a CIO, usando como elo de ligação o General Hendrick van der Bergh (chefe da BOSS), a persuadir John Vorster a apoiar o MNR, ao que este rejeitou alegando a sua política de "détente" com os países africanos independentes.

A viragem regista-se aparentemente com a subida ao poder de P.W. Botha. Nessa altura, Flower renovou o seu pedido, começando desde então o fornecimento sul-africano de armas e veículos para

o MNR, ao mesmo tempo que o major sul-africano Breytenbach (que já operava com os "Flechas" em 1973, em Moçambique) e o coronel Charles van Niekerk da Direcção de Inteligência Militar sul-africana (MID) - órgão que substituiu a BOSS nesta articulação - tornam-se o elo de ligação, visitando a base de treino do MNR em Odzi (Rodésia) em várias ocasiões [54].

Se bem que a Africa do Sul apregoasse uma politica de "détente" e, desde 1975, tenha estado em negociações com Moçambique sobre várias matérias de interesse comum, tais como questões de transportes e problemas fronteiriços (como é o caso do combate ao trafico de droga), o seu envolvimento, antes de 1978, na desestabilização da RPM já incluía:

- * boicote à Moçambique através da redução do tráfego ferro-portuário Transvaal/Maputo e da redução do recrutamento de mão-de-obra para as minas [55];

- * publicação no jornal oficial sul-africano "The Citizen" da propaganda inicial do MNR [56];

- * constituição, na Africa do Sul, de comandos para acções de guerrilha urbana a serem lançados eventualmente em Moçambique e formação de empresas para dar cobertura e financiar essas acções militaristas [57];

- * para além do facto de caças-bombardeiros "Mirages" usados pela força aérea rodesiana contra Moçambique serem propriedade sul-africana [58].

Criado para desestabilizar a retaguarda da ZANU e forçar a retirada do apoio que Moçambique dava aos nacionalistas do Zimbabwe, e sendo uma força auxiliar às forças regulares rodesianas no ataque a Moçambique, todas as suas acções concentravam-se nas províncias de Manica, Sofala e Tete que estavam sob agressão directa rodesiana, particularmente Manica e Sofala, partindo de campos de trânsito situados na Rodésia, junto à fronteira com Moçambique [59].

O MNR actuava sob orientação e em coordenação com as forças militares regulares rodesianas. John Rewai Manyaza (ex-membro do MNR) testemunha que quando o comando militar rodesiano definia um alvo, o MNR recebia a informação e tinha a missão de substituir a infantaria rodesiana. I.e.: Smith atacava por ar e a "Resistência" por terra, para cortar a retirada dos refugiados zimbabwuanos, para se apoderar de documentação e informação sobre a ZANU e as ZANLA, para fazer a cobertura e protecção ao lançamento de pára-quedas, entre outras missões [60].

Todos os factos credenciam a revista londrina "AFRICA" de Dezembro de 1979 a concluir que "as forças rebeldes do MNR são uma extensão das forças rodesianas. Estão baseadas na Rodésia, são financiadas e armadas e estão sob comando do aparato militar rodesiano. Por conhecerem bem as línguas moçambicanas e o terreno têm maiores facilidades para obter informações para os raids rodesianos contra a RPM". Aliás, o "chefe-supremo" do MNR, Afonso Dhlakama, num documento datado de 09.11.1980, confirmaria que "na Rodésia éramos oprimidos pelos rodesianos, não tínhamos um líder na nossa organização para negociar diversas questões (...) nem

eu, nem o comandante André [Matsangaíssa] marcávamos as operações. Os ingleses rodesianos é que determinavam as áreas a atacar e recrutar, determinavam também o limite a recrutar com promessas de 300 a 500 dólares [rodesianos]" [61].

Agregando indivíduos com interesses de classe diversos: antigos proprietários de interesses económicos e financeiros capitalistas em Moçambique, agentes das forças repressivas coloniais, desertores da Frelimo e camponeses de variados estratos e servindo como força de um regime estrangeiro na agressão a Moçambique, que motivação os une e qual a base do seu recrutamento?

Há uma aliança de classes com base na esperança de destruir a revolução moçambicana para recuperar e até ampliar "valores" do passado.

Para a "componente portuguesa" (constituída por antigos colonos e proprietários de interesses capitalistas em Moçambique e agentes das forças repressivas, cujo papel é propaganda e financiamento do grupo mais que a participação directa em acções militares), o objectivo é recuperar os seus interesses económicos da era colonial ou pelo menos inviabilizá-los no esforço estatal de colocá-los "ao serviço do povo" (daí a destruição de infraestruturas económicas e sociais).

Para a "componente moçambicana" (que é também heterogénea em termos de classes) a motivação é, por exemplo:

- "acabar com as aldeias comunais, (...) para que o povo viva a vida que quer. Quando acabar a guerra todas as coisas novas irão também acabar (...) voltarei para o meu lugar de Régulo" [62];

- porque o MNR "promete vir beneficiar os comerciantes" [63];

- e "aos que têm altos estudos promete vir a ter cargos importantes em gabinetes e os que não estudaram hão-de vir a ser motoristas" [64];

- obtenção de salários pagos pelos rodesianos: 75 dólares para o "Presidente" do MNR, 65 dólares para o "Vice-Presidente" e 20 dólares para os recrutas ordinários, para além de um bónus depois de uma operação "militar", da ordem de 300 a 500 dólares para os "chefes" e 60 para os ordinários [65].

No seio dos camponeses de Manica e Sofala, principalmente, para além de recrutamentos através de raptos e ameaças de morte, o MNR procura ganhar apoios e simpatias na base de uma tentativa de se apresentar como um movimento etno-nacionalista porquanto em Moçambique "reina a discriminação tribal (...) cidadãos do centro e norte são mantidos em plano subalterno", associado a alianças com os antigos régulos e os "Nyamussoro" (espíritas) com grande influência social nas suas comunidades, a revalorização das tradições culturais das populações (algumas das quais que incorrectamente estavam sendo combatidas pela Frelimo) e exploração de erros do processo revolucionário (incluindo certos abusos de poder cometidos pelas autoridades) [66]. Nos treinos,

que duravam 2 a 3 meses, para além da instrução militar, propaganda anti-comunista, insultos aos dirigentes da Frelimo, clamores de ódio às cooperativas e aldeias comunais, constituíam os principais capítulos das "aulas políticas" [67].

Neste período a Frelimo menosprezou o inimigo, cuja actuação era ainda bastante incipiente e localizada.

3.2. A crise do MNR (1979/80)

Em 1979 um governo de face negra foi instalado no "Zimbabwe-Rodésia", chefiado pelo Bispo Abel Muzorewa. O "Acordo Interno", donde resultou este governo visava acabar com o conflito armado na Rodésia e criar uma situação favorável ao levantamento das sanções económicas [68].

Acabar com a guerra implicava aceitar as reivindicações populares. No mínimo significava envolver a ZANU no governo e assim, a radicalização da sociedade seria inevitável - o que era contrário ao espírito do Acordo. Não era possível acabar "pacificamente" com a guerra. Tinha que ser pelas armas. Daí a intensificação da escalada de agressões a Moçambique.

Para assegurar uma base permanente de ataques armados a Moçambique o acampamento, que desde finais de 1977 estava a ser estabelecido na Gorongosa, foi melhor apetrechado, passando a ser dirigido pessoalmente por André Matsangaissa [69].

A existência de bases do MNR no interior de Moçambique passa a ter uma importância crescente, tanto mais que o governo de Muzorewa tinha necessidade de mostrar-se responsável para obter reconhecimento e apoio internacionais. I.e.: a inteligência militar rodesiana tentava lançar o MNR para o interior a fim de, publicamente, ilibar o "novo governo" da responsabilidade de condução deste grupo de agressão a Moçambique.

O principal aquartelamento do MNR tornou-se Gorongosa, numa região montanhosa de difícil acesso, abastecida por via aérea 3 a 4 vezes por semana. Era intenção a partir daqui isolar os eixos rodoviários Maputo/Beira e Chimoio/Tete.

Os ataques directos intensificaram-se em Gaza, Manica, Tete e Sofala e as acções do MNR dirigiam-se mais contra campos de refugiados zimbabwuanos, assaltos e destruição de autocarros e viaturas de carga nas estradas Beira/Manica e Inchope/Save, saque e destruição de "Lojas do Povo", aldeias comunais e cooperativas agrícolas, raptos em campos de reeducação (Sacuze e Muda) - em zonas não muito distantes da Gorongosa [70].

Na Gorongosa Matsangaissa aliou-se aos "Nyamussoro", que prognosticavam o "ar" antes da tomada de qualquer decisão importante pelo MNR. Algum apoio obteve da população local. Mas o comportamento do grupo, roubos, violências às mulheres, produziram o afastamento da população. Até os sectores mais

conservadores e tradicionalistas repeliram o MNR.

Os "Nyamussoro" empurraram Matsangaíssa para a sepultura.

Durante os combates ocorridos entre 13 e 26 de Outubro de 1979, quando as FPLM progrediam em direcção ao acampamento do MNR, Matsangaíssa, como era seu hábito, consultou os "Nyamussoro" de quem recebeu a informação de que a Vila da Gorongosa estava desguarnecida. Com intenção de descontrolar as FPLM, impedindo-as de prosseguir com o avanço para o seu acampamento, Matsangaíssa e os seus homens entraram na Vila divididos em 3 secções. A surpresa aguardava-lhes. Havia combatentes e tanques das FPLM. Aceso combates registaram-se. André Matsangaíssa foi ferido mortalmente mas evacuado de seguida num helicóptero para a Rodésia [71].

O assalto final à base foi efectuado. Os helicópteros da força aérea rodesiana, que operavam todos os dias durante os combates, evacuaram tudo o que puderam, mas muitos elementos do MNR foram mortos, outros fugiram em direcção à fronteira, alguns abandonaram a farda e a arma fazendo-se passar por elementos da população local [72].

Subsistiram grupos isolados. Mas o seu reagrupamento não tardou muito. Desta vez em Mossurize - base de Chiwanga, que seria destruída pelas FPLM em Janeiro de 1980. Daqui fugiram, indo constituir a base de Sibatonga (ainda em Mossurize) destruída em Junho durante a Operação Leopardo das FPLM.

Desde Outubro de 1979 o MNR atravessou um período de crise. Esteve na eminência de um total desaparecimento. Dhlakama justifica esta crise como sendo resultado do culto de personalidade existente em relação a Matsangaíssa, pois "havia a ideia generalizada de que a luta era o comandante André" [73]. No entanto, objectivamente ela deveu-se a três determinantes:

- A instabilidade da retaguarda da "Resistência" e o fim do regime rodesiano;
- A ofensiva militar das FPLM e a destruição consequente de importantes bases do MNR, que não chegaram a consolidar-se;
- A morte de André Matsangaíssa e a crise de sucessão (luta pelo poder e risco de cisão do grupo);

Impotente militarmente, o MNR debatia-se também com o problema da liderança. Se bem que depois da morte de André "veio um outro comandante que usava óculos escuros, chamado Afonso Dhlakama" [74], esta sucessão não foi tão simples, a unidade não esteve preservada de imediato. Os próprios rodesianos, confrontados com as contradições internas desta "extensão do seu exército" e desenhando-se no horizonte o fim do seu regime, com a Conferência de Lancaster House, pretendiam dividir a "Resistência" em dois grupos liderados respectivamente por Afonso Dhlakama e por Lucas M'lhanga, tanto mais que parecia ter chegado o fim da razão de ser do MNR.

Cristina achava necessário preservar a unidade. Arquiectou um plano para assassinar M'lhanga e mandou publicar na imprensa uma foto de Dhlakama como o novo e verdadeiro líder.

O conflito chegou ao auge quando em Junho de 1980, um duelo opôs as duas alas do MNR, no campo de Chisumbanje (Zimbabwe). Tudo indica ter sido aqui onde se consumou o assassinato de Lucas M'lhanga. Os partidários da ala vencida abandonaram a "Resistência" e entregaram-se às autoridades moçambicanas [75].

Com a vitória de Mugabe, e na base de um acordo existente entre o regime rodesiano e Africa do Sul, os sul-africanos assumem o comando directo do MNR e transferem a sua sede para Phalaborwa, na Africa do Sul. O Governo colonial britânico, chefiado por Lord Soames, nada fez para impedir esta acção.

3.3. A Africa Livre e a Zambézia (1975/80)

Depois da independência, com o patrocínio de Jorge Jardim - considerado "persona non grata" na Rodésia e conseqüentemente não podendo dar a sua "contribuição" directa ao MNR de Ken Flower [76] - a Unar é reabilitada com reforços do Coremo e agentes das forças repressivas coloniais fugidos de Moçambique para o Malawi e baptizada com o nome de "AFRICA LIVRE" [77].

Um mês depois da independência já havia sido identificada uma "infiltração inimiga através da porosa fronteira do Malawi de Banda para o distrito zambeziano de Milange" [78].

Praticamente sem qualquer ligação formal com o MNR até inícios dos anos 1980, a AFRICA LIVRE realizou os seus raids principais em Milange. Aqui foi assassinado um padre. Outros assassinatos conotados com a AFRICA LIVRE ocorreram mesmo em Quelimane e um fenómeno chamado "Chupa-Sangue" foi por ela lançado na Zambézia, nos distritos onde em 1983 se iria fazer sentir a acção deste grupo [79].

A Frelimo aparentemente não deu muita importância ao caso, senão o fuzilamento dos "assassinos do padre" num estádio desportivo, com a assistência da população.

Em finais de 1980 a maior base da AFRICA LIVRE, em Milange, foi destruída pelas FPLM. Muitos dos seus líderes, incluindo Amós Sumane, foram capturados, mas a euforia geral que se vivia com a independência do Zimbabwe e a aparente conquista do Malawi para a causa dos países da região, corporizada na SADCC, levou ao relaxamento das autoridades moçambicanas [80].

4. A AFRICA DO SUL ATACA MOÇAMBIQUE USANDO O MNR COMO SEU MEIO PRINCIPAL (1981/82)

Com a independência do Zimbabwe e a constituição da SADCC, em 1980, o projecto da CONSAS ficava mais desnutrido. Países de regimes mais aclientelados à Pretória associavam-se a outros num esforço para um desenvolvimento da Africa Austral mais livre das amarras da Africa do Sul.

Contra esta ousadia, pretextando vários motivos em ocasiões mais diversas, Pretória lança-se na agressão aos seus vizinhos, sem olhar a regimes políticos e económicos, nem a alinhamentos diplomáticos e estratégicos. Sem excepção, Repúblicas Populares, Repúblicas Pluripartidárias e Parlamentares e Monarquias Tradicionais, são alvos de agressão militar e medidas de boicote económico, por parte da Africa do Sul [81].

Todo este belicismo visa manter o Sub-Sistema Imperialista da Africa Austral, manter o apartheid e a hegemonia de Pretória na região.

Em todo o caso os mais visados sistematicamente têm sido as duas Repúblicas Populares: Angola e Moçambique.

Em Angola, porque a capital está longe de Pretória, a fronteira com a Namíbia colonizada é extensa e vulnerável à infiltrações da SWAPO e as ligações económicas com a Africa do Sul são menores, o regime do apartheid optou por um recurso maior às SADF/SWTF (forças regulares sul-africanas) e ocupações territoriais. No caso de Moçambique os ataques directos através das SADF não são a opção principal (Maputo está à 5 minutos de um Mirage das SADF e Moçambique têm fortes dependências económicas da Africa do Sul - armas que podem ser/são accionadas com o mesmo efeito desestabilizador). O agente principal e permanente é a "5.a Coluna" das SADF, o MNR (actualmente mais vulgarmente designado RENAMO), complementado por medidas de boicote económico, em matéria de mão-de-obra migratória e tráfego ferro-portuário.

Fragmentos da História das relações entre a Africa do Sul e Moçambique poderão levar-nos a uma melhor compreensão da realidade contemporânea. Vale a pena retermo-nos nalguns factos:

Moçambique começa a ser incorporado no complexo económico sul-africano com a introdução da agricultura capitalista no Natal. Desde, pelo menos, 1855 que o Natal absorve força de trabalho moçambicana nas suas plantações, o que é mesmo que dizer que desde então a produção da riqueza sul-africana depende também da exploração da força de trabalho moçambicana.

Para disciplinar e incrementar este fornecimento de trabalhadores moçambicanos, no interesse da acumulação capitalista anglo-sulafricana, em 1868, Shepstone - encarregado britânico dos Negócios Indígenas - firmou um Acordo com a

aristocracia do Império de Gaza. Contudo é, sem dúvida, com a descoberta e início da mineração do ouro em Witwatersrand que esta drenagem de mão-de-obra ganha maior volume, ao ponto de, em finais do século passado 2 terços dos trabalhadores das minas do "John" (i.e: Africa do Sul) serem moçambicanos!

A dominação colonial portuguesa, iniciada não de forma linear, nem com a mesma profundidade em todo o lado, desde cerca de 1890, veio reestruturar, nos diferentes momentos, sem alterar na essência essa dependência. Devido à fraqueza da burguesia portuguesa ao Sul do Save é reservado (e por diversas vezes reconfirmado) o papel de reservatório de mão-de-obra para o "John" e o complexo ferro-portuário do Maputo concebido no interesse do Transvaal.

Não admira que nas conversações entre as autoridades sul-africanas e as autoridades coloniais portuguesas, decorridas entre 1922/28, devido ao abandono de muitas cláusulas da 1.ª Convenção (de 1909) entre o Governo da Província de Moçambique e o Transvaal, a parte sul-africana tenha mesmo chegado a ter pretensões expansionistas em relação ao sul de Moçambique ou pelo menos o aluguer do porto do Maputo (intenção frustrada devido aos interesses dos colonos estabelecidos no Sul de Moçambique e ao "nacionalismo económico" de Salazar).

Não admira também que na guerra colonial a Africa do Sul apareça ao lado de Portugal contra a Frelimo e as populações moçambicanas. E que na guerra da Rodésia tenha participado com homens e equipamento, enquanto ia aplicando sanções contra Moçambique na forma de redução do tráfego ferro-portuário e do recrutamento de mão-de-obra e da abolição unilateral da "cláusula ouro".

Quando o Zimbabwe torna-se independente a Africa do Sul fica "orgulhosamente só" nos ataques a Moçambique.

Toda a História das relações da Africa do Sul com Moçambique é caracterizada pela agressão e exploração (aquela mais aberta desde a década 1980) [82].

Removido para a Africa do Sul e com massivo apoio desta, o MNR regressa em 1981 para as áreas donde tinha sido expulso pelas FPLM no fim da guerra do Zimbabwe.

No ano de 1981 a Africa do Sul concentra as acções do MNR ao sul da linha Beira/Machipanda, onde foi estabelecida a base de Garágua (Manica) - uma importante base para o MNR, com enormes dimensões, tinha uma pista de aterragem e um campo agrícola (é a primeira referência de uma prática produtiva, actividade que era realizada de manhã e as tardes destinadas a treinos - o que nos sugere que o MNR tencionava "estabelecer-se"). Em Garágua Dhlakama tinha 8 mulheres (Sibonguile, Lourdes, Maria, Tcheny, Amélia, Julieta, Luísa e Lovness) mas todas as pessoas eram

instruídas no sentido de tratá-las por guarda-costas [83].

Em Dezembro esta base foi destruída pelas FPLM. Mas a Africa do Sul encarando com seriedade o MNR como "extensão do seu exército" define-lhe como alvos prioritários:

- oleoduto Beira/Feruka e ligações ferro-rodoviárias Beira/Machipanda. Para sabotar o esforço da SADCC;
- ataques à linha de transporte de energia da Cahora Bassa para a Africa do Sul. Para dar a entender ao Mundo que a Africa do Sul não está por detrás deste grupo;
- ataques urbanos (vilas e cidades). Para criar maior impacto ao nível nacional e internacional;
- captura de cooperantes. Para instilar nestes técnicos estrangeiros o pânico e exigir aos respectivos países resgates sob forma material ou de divulgação de propaganda;

Com estes dois últimos pretende-se popularizar o MNR na imprensa estrangeira e colocar os técnicos e investidores estrangeiros na insegurança [84].

Para dar força, moçambicanidade e crédito ao MNR, fora de Moçambique, a Africa do Sul define-lhe algumas acções, que seriam realizadas entre 1981/82:

- Afonso Dhlakama, graduado "coronel do exército sul-africano" [85], é levado a viajar pela Europa (pela primeira vez na sua vida) visitando a RFA, a França e Portugal. Aqui chegou mesmo a ser recebido pelo Arcebispo de Braga, a quem "pediu catequistas e padres, assim como apoio moral e a sua intercepção para que possa ser recebido pelo Papa João Paulo II. Os eclesiásticos ofereceram-lhe livros religiosos, prometeram-lhe orações e uma informação sobre as suas intenções ao Papa" [86]. Outros emissários do MNR cumpriram missões idênticas, para o MNR "ser reconhecido internacionalmente por numerosas entidades e ter muitos amigos em muitos países de governos anti-comunistas" [87].

- Durante o ano de 1982, o MNR fez apelos a todos grupos de exilados anti-Frelimo para a unificação das suas forças. Os grupos visados foram: a FUMO (Frente Unida de Moçambique, liderada por João Khan desde 1981, depois da resignação de Domingos Arouca), o MONAMO (Movimento Nacionalista de Moçambique, de Máximo Dias), a FIRM (Frente Independente de Reconstrução de Moçambique), a FRESAMO (Frente de Salvação de Moçambique, de Zeca Caliate, ex-membro do MNR), a AFRICA LIVRE [88].

A maior parte destes grupos não aceitou a fusão. A FUMO foi mesmo mais longe, classificando o MNR de "força mista de moçambicanos, ex-Pides e mercenários que no princípio estava ao serviço da Rodésia de Smith e hoje está ao serviço da Africa do Sul" [89].

O maior sucesso para o MNR foi a adesão da AFRICA LIVRE, com a qual foi formado um comando unificado. Fanuel Guideon Mahluza, líder da Africa Livre passou a dirigir as Relações Exteriores do MNR [90].

Os irmãos Bomba (Adriano e Boaventura) constituíram também uma importante conquista do MNR. Ocuparam no Conselho Nacional do MNR cargos de Chefe do Departamento de Informação e Comissário Político Nacional, respectivamente [91].

- Outro passo dado foi a tentativa de uma definição política do MNR e um esforço de se apresentar como um movimento político autónomo.

No dia 24 de Agosto de 1982, o jornal português, o "O Diabo" apresentava esta "politização" nestes termos: "até agora a existência de guerrilha tinha dado lugar somente a notícias de combates e sabotagens. Tudo era um tanto ou quanto vago quanto à natureza e aos objectivos políticos do movimento (...). Essa indefinição política está já ultrapassada. Com efeito 3 documentos a esse respeito - os Estatutos, um Manifesto e um Programa Político - acabam de ser tornados públicos" [92].

E útil registar que essa "indefinição" é "ultrapassada" quando o MNR tinha "apenas" 6 anos de existência.

Nesses "Estatutos", o MNR é apresentado como uma organização que une e mobiliza todos os moçambicanos sem discriminação, sem partidarismos ou opções de grupos, cujo objectivo é a "liquidação total do sistema político marxista-machelista (...) e de todos os vestígios do comunismo, colonialismo e imperialismo". A ideia básica é de tentar legitimar a agressão externa como uma guerra civil contra um regime "totalitário" que viola os direitos humanos, a propriedade privada, convidando assim o chamado "mundo livre" a "salvar" Moçambique.

De facto, os "Estatutos", o "Programa" e o "Manifesto" foram simplesmente escritos para o mundo exterior. Na prática "libertadora" do MNR não existe um discurso político. Os raptos, as mutilações e as ameaças de morte continuam a ser os meios principais para "ganhar adeptos". Vale a pena citar a constatação do Dr. Gersony sobre esta matéria: "O que é pouco normal é a ausência de qualquer esforço para explicar ao povo o objectivo da rebelião (...). A relação entre a Renamo e a população centra-se, aparentemente, apenas na extracção, estritamente pela força, de recursos, sem explicação, sem tolerar as recusas e sem reciprocidade (...). Os refugiados não relatam qualquer esforço da parte da Renamo em explicar aos civis os objectivos da luta, nem o seu programa ou aspirações" [93]

No contexto desta "redefinição", dados os passos acima referidos, o MNR apresenta-se no terreno militar bastante activo e com iniciativa em muitas regiões do País, alastrando a guerra pela maioria das Províncias. Usando acampamentos móveis, equipados de sistemas de rádio-comunicações mais sofisticados, de Manica e Sofala penetra em Inhambane e Gaza, ao mesmo tempo que, em finais de 1982, centenas de elementos do MNR provenientes directamente da Africa do Sul penetram na Província de Maputo causando destruições no sul e avançando para o Norte, com vista a isolar a capital do resto do País. Os seus reabastecimentos

passam a ser realizados com maior frequência por via marítima, na costa entre Inhambane e Sofala [94].

Na Zambézia, com uma mudança dramática do carácter das acções militares desencadeadas pela Africa Livre, centenas de elementos da Renamo penetram desde Agosto (de 1982), oriundos do Malawi. Sem grandes obstáculos paralizam praticamente toda a importante actividade económica da região [95].

Acusações mútuas RPM/RSA foram constantes (é a época do discurso das armas sofisticadas!). As autoridades sul-africanas acusavam Moçambique de estar a concentrar armas sofisticadas na fronteira com a Africa do Sul. Samora esclareceu, por seu turno, que as armas sofisticadas que Pretória referia eram a igualdade e justiça, o exemplo de alternativa de civilização que a RPM constituía [96].

Pretória fabricava pretextos para justificar a sua agressão a Moçambique.

Em conclusão, é um período de alastramento e agravamento da guerra. Só em 1982 as destruições directas foram da ordem dos US\$ 330 milhões: empresas do chá e do algodão parcialmente destruídas, tráfego ferroviário do Limpopo e rodoviário Xai-Xai/Inhambane temporariamente interrompido, pipeline e Linha Beira/Machipanda constantemente atacados e em reflexo disto técnicos suecos da Ifloma foram evacuados para o Zimbabwe, grandes projectos de desenvolvimento interrompidos ou encerrados, tais são os casos da prospecção do carvão e ferro em Tete e da electrificação do Centro-Nordeste com a utilização da energia de Cahora-Bassa, cidade da Beira frequentemente sem electricidade devido à sabotagens nas torres de transporte de energia do Révuè, metade das lojas nas zonas rurais de Manica, Sofala e Inhambane destruídas [97].

A resposta da Frelimo foi treinamento das populações para as milícias, designação de quadros veteranos da luta para os Comandos Militares Provinciais, responsabilização pessoal da condução das operações militares no Comandante-em-chefe das FAM (FPLM), ofensiva diplomática para identificar perante o mundo a causa da guerra [98].

Em finais do ano, Sebastião Mabote dirige vitoriosamente as operações militares contra bases da Renamo entrincheiradas a N do Limpopo. E, devido à acção combinada dos esforços diplomáticos junto do Malawi, realizados através do Ministro Chissano, dos transtornos na economia malawiana pelo corte do tráfego ferroviário Beira/Malawi e rodoviário Zimbabwe/Tete/Malawi por sabotagens, e da destruição de importante acampamento da Africa Livre em Milange, pelas FAM (FPLM), na Zambézia a calma foi restabelecida [99].

A Frelimo havia subestimado o inimigo, mas readquiriu a iniciativa, particularmente no Sul do País. A organização política e militar da Frelimo foi melhorada: o treinamento e

armamento das populações e trabalhadores para a defesa dos seus locais de vida e de trabalho associado a uma melhor disciplina, treinamento e equipamento dos soldados e unidades de comandos tornou as operações da Renamo mais difíceis, permitiu perseguir e capturar forças da Renamo.

5. AGRESSÕES DIRECTAS DAS SADF E NEGOCIAÇÕES (1983/84)

Num contexto em que a África do Sul intensificava a guerra de desestabilização a Moçambique com o recurso cada vez maior às suas forças regulares, visando destruir infraestruturas económicas e forçar deste modo o governo da RPM a dispersar esforços e recursos na dispendiosa guerra, agravando a sua dependência, e impedir que Moçambique seja "santuário" do ANC, realizam-se as primeiras negociações ao nível de governos, em Dezembro de 1982, em Komatipoort, seguidas de outras no mesmo local em Maio de 1983.

Nos dois encontros Moçambique colocou a necessidade do estabelecimento de um acordo de segurança, como primeiro passo para outros tipos de relacionamentos, mas a África do Sul insistia só na retirada do ANC do Maputo. Nenhum consenso foi conseguido [100].

A diplomacia americana tentaria influenciar o curso dos acontecimentos da região: Frank Wisner, Sub-Secretário de Estado Norte-Americano, visitaria Moçambique em Dezembro de 1982 numa tentativa para oferecer os "bons ofícios" americanos para a mediação do conflito, o que seria rejeitado por Moçambique tanto mais que o ciclo das negociações já havia iniciado.

Chester Croker, por seu turno visitaria também Moçambique, em Janeiro de 1983 e, na mesma altura um artigo do Departamento de Estado Norte-Americano publicado no "Africa Report" considerava que "o MNR não é mais que uma organização militar desprovida de qualquer programa político (...). Ele recebe o essencial do seu sustento da África do Sul" - confirmado pelo Embaixador dos EUA em Maputo como reflectindo bem a "convicção" dos EUA [101].

Entretanto a África do Sul prosseguia com a agressão militar para abater a civilização moçambicana. Usando o Malawi como retaguarda da Renamo no centro-norte de Moçambique a África do Sul reintroduz estas suas "forças camufladas" na Zambézia, desde Abril de 1983, e já em Maio tinha mais vantagens que no ano anterior, chegando à costa e progredindo para o Norte em direcção à Província de Nampula. Em Junho a Zambézia estava quase toda afectada e inquietações surgiam mesmo entre as populações de Quelimane [102].

A agravar a tensão a África do Sul lança raids directos a Maputo: a 23 de Maio de 1983 a creche da fábrica de conservas

alimentares "SOMOPAL" e residências de civis moçambicanos, nos arredores de Maputo, seriam bombardeadas pela aviação militar sul-africana. Uma semana depois um avião-espião do género dos usados pelos israelitas em 1982 no vale do Bekaa (Líbano) sobrevoaria Maputo, tendo sido abatido - o que segundo alguns analistas só podia ser uma vantagem para a África do Sul pois teria permitido a localização dos mísseis moçambicanos [103].

Em todo o caso isto também revelava que a África do Sul não confiava no seu instrumento - a Renamo - muito mais barato em termos de gastos financeiros e humanos para Pretória. Comprovadamente era incompetente para derrubar a Frelimo, a despeito de todo o apoio, municiamento, transporte e condução. A Renamo havia sofrido revezes no terreno militar e lutas intestinas (reveladas na morte de Cristina e no desaparecimento dos irmãos Bomba) enfraqueciam-no. A ofensiva das FAM e a campanha diplomática resultantes da decisão da X Sessão do CC do Partido Frelimo (realizada em Agosto de 1982) começavam a mostrar resultados maiores no 2.º semestre de 1983.

Depois da viagem do Presidente Samora à Europa Ocidental, em Outubro de 1983, o Ministro dos Estrangeiros sul-africano seguiu o mesmo caminho mas "encontrou demasiadas portas fechadas" [104], aparentemente porque a África do Sul havia sido identificada como a causa dos conflitos na África Austral.

Os países do Ocidente, e os EUA em particular, que consideravam a África do Sul como aliado dos seus interesses em África e conseqüentemente, como o eixo principal do relacionamento com a África Austral, que consideravam o conflito na região como extensão do conflito Leste/Oeste e conseqüentemente que a agressão sul-africana contra os vizinhos era sua defesa contra a ameaça comunista, sentiam que as dimensões da desestabilização sul-africana contra os vizinhos, começava a produzir efeitos contrários aos seus interesses na própria África do Sul e em toda a região.

"A deterioração da situação económica na África Austral, o agravamento da situação em torno da Namíbia, a possibilidade de intervenção de forças externas à região, veio a alterar a posição americana (...). Em finais de 1982 e durante a visita que Chester Crocker efectua a Moçambique em Janeiro de 1983, a Administração Americana vê a potencial confrontação na África Austral segundo a seguinte perspectiva:

- O conflito Moçambique-Africa do Sul aumenta a instabilidade em toda a África Austral, repercutindo-se nos países dependentes dos portos moçambicanos e afectando os investimentos ocidentais na SADCC;

- O conflito Moçambique-Africa do Sul afecta as relações entre os Estados Unidos e os Estados Africanos, podendo levar outros governos da região, sem relações militares com a União Soviética, a procurar ajuda militar junto a países socialistas;

- A estratégia de desestabilização sul-africana pode ser destinada a derrubar o governo moçambicano o que a acontecer

provocaria fraqueza americana em Africa e poderia levar o Estado moçambicano a advogar uma intervenção directa da União Soviética - sem que os Estados Unidos pudessem intervir - e provocar reacções de solidariedade por parte de outros Estados africanos da região;

- Os Estados Unidos tomam em consideração o papel desempenhado por Moçambique na resolução do caso Rodésiano, o desenvolvimento positivo das suas relações diplomáticas e económicas com a Inglaterra e Portugal, os resultados frutuoso das conversações havidas com enviados americanos e o impacto que pode ter na região o apoio moçambicano ao ANC;

- Os Estados Unidos pensam ser necessário que a Africa do Sul diminua as suas acções de desestabilização colocando a hipótese de serem tomadas medidas de carácter diplomático e económico contra o regime de Pretória;

- A administração americana vê como necessária a concertação das suas acções com países como a Inglaterra e Portugal, encorajando, por um lado, o alargamento das suas relações com Moçambique e, por outro lado, a aplicação de pressões de vária ordem sobre a Africa do Sul;

- A administração americana aceita que existe uma ligação entre a instabilidade regional e a continuação do sistema do 'apartheid' na Africa do sul, achando necessário que Pretória inicie um processo que dê indicações claras sobre a reforma do sistema de discriminação racial" [105].

Aos EUA preocupava o eventual envolvimento cubano e reforço da presença soviética em socorro de Moçambique (ajudas sempre distanciadas por Moçambique), que eram contrários aos seus interesses estratégicos e numa fase em que a RPM parecia-lhes abandonar o seu "alinhamento sem servilismos" para um "verdadeiro não alinhamento" [106]. Pressionaram a Africa do Sul a retomar as negociações.

Em Novembro de 1983, emissários sul-africanos contactam Samora. "A Africa do Sul pedia para reatar o diálogo que Moçambique iniciara" [107]. De Dezembro de 1983 a Fevereiro de 1984 as delegações ministeriais das 2 partes concertavam esforços para o delinear das cláusulas do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança. A 16 de Março as "altas partes contratantes" assinavam o Acordo de Nkomati [108].

O Acordo de Nkomati não pode ser avaliado como efeito de um balanço simplista onde há "lucros" e "perdas".

Para além dos ataques directos a RPM e apoio à Renamo, a Africa do Sul sustentava a guerra na Namíbia e Angola, atacava o Lesotho e outros vizinhos (gastando nesta guerra, entre 1981/83, US\$ 10.000.000.000 - soma equivalente ao orçamento do conjunto dos Países da Linha da Frente [109]), era sacudido por acções armadas praticadas pelo ANC e por uma contestação interna cada vez mais organizada particularmente em torno da UDF, o que obrigava Pretória a reforçar os seus dispositivos de segurança, desviando meios financeiros e humanos do sector económico. Tudo isso representava gastos materiais e vidas humanas para o regime.

Em Moçambique a Renamo provava-se incapaz, daí o recurso à agressão directa, mais dispendiosa para as SADF e que tornava o conflito potencialmente mais internacionalizante.

Moçambique, por sua vez sentia uma ameaça cada vez maior, numa eventual "beirutização" da guerra e as lições das Malvinas e de Granada [110] indicavam como as forças do capitalismo mundial, contra vontades e interesses legítimos dos povos, podiam agir. Ao mesmo tempo, o boicote económico imposto pela África do Sul agravava a crise da economia moçambicana (de 1974 a 1983 a redução do tráfego ferro-portuário e do recrutamento da mão-de-obra moçambicana, bem como a abolição da "cláusula ouro" prejudicaram Moçambique em US\$ 3,4 biliões) [111].

6. NKOMATI: CONTEUDO E ALCANCE (1984/...)

Decorridos os anos desde o Nkomati é claro que a África do Sul não se desengajou na desestabilização a Moçambique. O ANC era um pretexto: removidos os membros do ANC do Maputo a agressão continua, sob diversas formas [112].

Forçado pelas circunstâncias (internas e externas) que lhe eram desfavoráveis, a África do Sul assina Nkomati pensando mais em "isolar o ANC na África Austral e compelir os estados independentes da região a agir como agentes de Pretória na castração do ANC; liquidar a luta armada de libertação da África do Sul; ganhar novas testas de ponta para o regime de Pretória, no seu esforço para liquidar a unidade da Linha da Frente, destruir a SADCC e substituí-la pela 'Constelação de Estados', convertendo assim Estados independentes da África Austral em seus 'Estados-Clientes'; usar o prestígio dos Estados da Linha da Frente para a sua campanha para reduzir o seu isolamento internacional e, em definitivo, com os 'Pactos de Não-Agressão', reduzir os Estados independentes ao nível dos seus Bantustões" [113].

A África do Sul tentava conseguir por meios económicos e diplomáticos aquilo que pela via militar até então não tinha conseguido. Com Nkomati e o Compromisso de Lusaka (assinado com Angola a 16 de Fevereiro de 1984) a África do Sul tentou auto-proclamar-se potência regional cujos interesses na região estão acima dos de qualquer das superpotências, chegando mesmo a auto-conferir-se o estatuto de "medianeiro internacional" entre o Governo da Frelimo e a Renamo em Outubro de 1984 [114].

A África do Sul lançava a sua ofensiva para recativar Moçambique e outros países vizinhos para a "Constelação". Daí as "maçãs" e a corrida de muitos homens de negócios sul-africanos a Moçambique, logo após o Acordo.

"Nkomati" nunca foi o acordo da África do Sul. Por isso não o cumpre. Se bem que em 1984 não se tenha observado um ataque

directo das SADF, as "favoráveis condições para fazermos do ano de 1984 o ano de arranque da nossa economia" [115] - como as autoridades do Maputo visualizavam, encarando com sinceridade o Nkomati - foram sonho de pouca dura. Até as inocentes crianças moçambicanas que, ao sabor da doçura das maçãs, haviam começado a chamar "titio Botha", cedo constataram o engano e escreveram uma carta pedindo ao senhor Botha que cesse o apoio aos "bandidos" que destroem Escolas e matam crianças [116] (forma de pagar as maçãs?).

Os "Documentos da Gorongosa" [117] aclarariam melhor os objectivos da Africa do Sul. A Africa do Sul foi levada a assinar Nkomati porque atravessava fraquezas. Nkomati era um passo táctico para "distrair" a RPM, quando já havia infiltrado grandes contingentes de elementos do MNR no Sul e o Malawi era convertido na retaguarda principal enquanto o regime recuperasse da crise e pretextos fossem criados para voltar a agredir directamente como começa a ser claro desde 1986, quando Maputo esteve sob ameaça de invasão directa por parte de comandos sul-africanos [118].

Com a assinatura do Acordo de Nkomati e a visita do Presidente Samora ao Malawi, a esperança de paz parecia concretizar-se mas a Africa do Sul encarava efectivamente com maior seriedade a importância estratégica do Malawi como retaguarda da continuação da desestabilização a Moçambique, convicção reforçada com a tomada da Casa Banana pelas forças conjuntas moçambicano-zimbabweanas.

Efectivos e elevadas quantidades de material para a RENAMO foram movimentados para o Malawi e a questão "rumbeziana" reavivada [119].

Aproveitando o facto de uma parte substancial da população de Moçambique ser islâmica, a Renamo lança rumores, como p.e., que "Samora entra em Mesquitas sem descalçar as suas botas", sugerindo deste modo a existência de perseguição aos preceitos "Corânicos" e a necessidade da solidariedade do Mundo Arabe para libertar os "irmãos" de Moçambique humilhados e perseguidos pelo regime (um apelo a uma "guerra santa"?!) [120].

Assim, Evo Fernandes, através do Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Dr. Vali Mamed, consegue em finais de 1984 fornecimentos de armas de Oman e Arábia Saudita, transportados em aviões C-130 via Comores e Somália e descarregados à noite no Norte do País, enquanto um campo vai sendo aberto secretamente no Sul da Tanzania sem o conhecimento das autoridades deste País, para esses reabastecimentos [121].

Nesta tentativa de "islamização" da guerra, as Comores (uma República-Cliente da Africa do Sul) surgem como a ponte para os reabastecimentos, e para o efeito Magnus Malan visitou oficialmente instalações militares deste País em finais de 1984 [122].

Desde 1985, são definidos como objectivos da Renamo cortar

Moçambique pelo Zambeze para permitir o influxo do material da costa para o interior, subindo pelos afluentes do R. Zambeze, para uma eventual ocupação da Zambézia e proclamação de um governo provisório a ser instalado em Quelimane [123].

A guerra no pós-Nkomati é grave no Norte de Moçambique, particularmente nas 3 províncias vizinhas do Malawi. Em 1986 a situação atingiu o ponto de não retorno: Samora acusou publicamente o Malawi e acompanhado por uma missão da Linha da Frente apresentou a Banda "provas concretas do envolvimento do Malawi na desestabilização a Moçambique" e ameaçou cortar o tráfego do Malawi por Moçambique e colocar mísseis ao longo da fronteira. Pouco antes da sua morte Samora via nessa eventual posição uma possibilidade do agressor ser encarado pelas forças hostis a Moçambique como vítima de agressão [124].

Depois de intensos contactos diplomáticos uma Comissão mista de Segurança entre a RPM e o Malawi foi estabelecida. Ela permitiu a Moçambique sair dessa imagem de "agressor" que a Africa do Sul propagou, principalmente com a publicação de documentos (aparentemente uma acta da Reunião entre Samora e Altos Comandos Zimbabweanos) que foram encontrados nos destroços do "Tupolev" em Mbusini [125].

Contudo, a Africa do Sul, usando todas as suas alianças, não abandona a sua opção de desestabilizar o exemplo de sociedade anti-racista e de igualdade que Moçambique "ousou" construir.

7. O OCIDENTE E MOÇAMBIQUE: DEMONSTRANDO NA PRÁTICA AS VANTAGENS SUPERIORES DO SISTEMA CAPITALISTA

Até 1983, nalguns países do Ocidente vários sectores económicos e políticos projectavam Moçambique como "satélite da União Soviética" para justificarem o apoio a Africa do Sul no seu projecto de hegemonia regional. Assim, a guerra contra Moçambique era moralizada no quadro da doutrina imperialista de combate à União Soviética na periferia.

A nível oficial, com os EUA as relações chegaram a atingir níveis de tensão quando em 1981 o governo moçambicano expulsou diplomatas americanos acusados de agentes da CIA. Nessa altura os EUA reduziram drasticamente a sua representação diplomática no Maputo e cortaram por 6 meses a sua ajuda alimentar à RPM. Os "mal-entendidos" só seriam dissipados em finais de 1982 quando Joaquim Chissano e George Shultz conferenciaram longamente em Nova York, e o relacionamento entre os dois Estados começou a normalizar-se [126].

Em Outubro de 1983, a diplomacia moçambicana consegue vitórias importantes com a visita do Presidente Samora a 5 países da Europa Ocidental, onde os governos são "esclarecidos" da causa do conflito na região austral de Africa - o apartheid, passando Moçambique a ser encarado como um país efectivamente

independente.

Os EUA passam, desde então a "encorajar" insistentemente a República Popular de Moçambique a juntar-se ao FMI e Banco Mundial [127].

Retomada a "ajuda" americana a Moçambique, os EUA priorizam os seus fundos e recursos para o apoio ao sector privado moçambicano e são mesmo o maior fornecedor de ajuda de emergência, tendo, no entanto, previamente conduzido a RPM a aceitar uma série de Organizações Não Governamentais (ONG's), incluindo a World Vision e a CARE (cuja actuação na América Latina e no Vietnam é duvidosa) [128].

Joseph Hanlon, num artigo publicado no "New Statesman", é da opinião que os EUA parecem usar a emergência para se "restabelecerem" em Moçambique. Ao abrigo do acordo de ajuda de emergência a CARE pode ter escritórios em todas as Províncias de Moçambique e é mesmo responsável por toda a logística do DPCCN (Departamento moçambicano de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais) [129].

Hanlon está a realizar um estudo aprofundado sobre a actuação das ONG's em Moçambique. Contudo, é, de imediato, questionável se algumas destas organizações não estarão a usar a emergência para fins pouco humanitários! Quando Moçambique vive de donativos tal vulnerabilidade é possível, o que pode ser nitidamente percebido pela estrutura de donativos que são ofertados por uma e outra organização. Quando os donativos são só alimentos para aliviar a fome (que são bem-vindos) é sintomático que não é interesse promover desenvolvimento, mas perpetuar a emergência e criar dependência, abrindo portas ao descrédito do projecto moçambicano, "demonstrando na prática as vantagens superiores do sistema (capitalista)", como reza a doutrina da Constelação Sul-Africana [130].

Condições salariais e de trabalho fora da média moçambicana atraem quadros mais habilitados e experimentados para estas organizações. Apoios da USAID e outros estimulam o incremento do sector privado (Chókwé é uma das regiões onde a disputa de "quem vence quem" - Estado e Cooperativas ou os Privados? - é mais notória). Tudo isto vai produzir alterações não subestimáveis na estrutura de classes da sociedade moçambicana.

Acreditamos, contudo, que a maioria das ONG's trabalham honesta e desinteressadamente para a melhoria das condições de vida das populações moçambicanas, tanto mais que a filosofia da Comissão Nacional de Emergência é de virar a emergência para o desenvolvimento, dentro dos programas definidos pelo Estado moçambicano.

Os ataques do MNR tem se dirigido também a esta ajuda de emergência e a tudo o que visa reorganizar a vida dos afectados. Se por um lado isso permite ao mundo conhecer in loco as barbariedades por ele perpetradas, causando denúncias (como é o

"Relatório Gersony" [131]) e maior solidariedade com Moçambique, por outro e esse é afinal o objectivo, a emergência é perpetuada e institucionalizada, para eternamente manter Moçambique na dependência económica e por consequência politicamente manobrável.

Associando-se a isso, registam-se alguns fenómenos que, com efeitos acumulados, podem constituir um perigo para a economia do País são as "ofertas" de artigos cuja produção também ocorre em Moçambique, que vendidos a preços mais baixos e com o rótulo "made in ..." eliminam da concorrência a produção local projectando para a falência unidades económicas, o que programa Moçambique como futuro cliente seguro dos países ofertantes!

Os meios da desestabilização do projecto de "sociedade nova, de igualdade e justiça" não são apenas militares. A doutrina dos "Conflitos de Baixa Intensidade" (Low Intensity Conflict) encerra variadas e combinadas acções e baseia-se, acima de tudo, em virar a revolução contra ela mesma [132].

8. CONCLUSÃO

A Renamo, desde a sua fundação na Rodésia, apresenta-se como instrumento de realização de interesses estrangeiros, de recolha de inteligência militar para a Rodésia e depois, ao serviço de Pretória, de desestabilização e inviabilização do projecto da sociedade que o governo da Frelimo constroi, e sempre também dos interesses recolonizadores dos ex-colonos e seus séquitos.

Até 1982 (quando é constituído o 'Conselho Nacional' da Renamo - num esforço para 'moçambicanização' - onde aparecem nomes como de Fanuel Guideon Mahluza, Armando Kembo dos Santos, Moisés Nota, Adriano Bomba) o MNR tinha nas suas fileiras de direcção quase que exclusivamente ex-agentes da Pide-DGS e colaboradores directos de Jardim como Orlando Cristina, Evo Fernandes, para além de muitos "retornados" e homens de negócios portugueses envolvidos em interesses económicos na era colonial em Moçambique. São estes que constituem a "componente portuguesa", a "ala política" da Renamo e que até 1983 sonhavam com o "derrube do governo" da Frelimo, tendo sido mesmo aventada a hipótese de formação de um "Governo no Exílio", a ser chefiado por Artur Vilanculos, para colori-lo, e desde 1984 já falam numa "partilha do poder".

Os interesses recolonizadores da Renamo e o seu papel de instrumento do Apartheid tem criado clivagens no grupo. Vários membros da Renamo e mesmo do seu Conselho Nacional como Artur Vilanculos (o "Primeiro-Ministro!"), Fanuel Mahluza, Armando Kembo dos Santos, Zeca Caliate abandonaram o grupo. Outros grupos anti-Frelimo como a Padelimo, a Fumo, a Fresamo, o Monamo tem se oposto à Renamo acusando-a de instrumentalizado por interesses estranhos a Moçambique, tentando constituir-se como uma "3.a força" mais inclinada a "negociar" com a Frelimo [133].

Tentando tornar-se genuíno, em Julho de 1986, Dhlakama afastou o defunto Evo Fernandes de Secretário-Geral. Mas as forças principais e os interesses básicos continuam os mesmos.

Os "militares" da Renamo são só pretos (uma clara divisão de funções à moda do patrão). Recrutados por raptos, aliciamentos de emprego nas minas - tudo, menos uma mobilização política.

Conflitos, assassinatos e cisões são fenómenos correntes no interior da Renamo, e reflectem bem o conteúdo deste agrupamento. Depois do assassinato de Evo Fernandes, a sua esposa surgiu a acusar a facção da Renamo sediada em Washington e dirigida por Luís Serapião e Francisco Nota, de instrumento de Thomas Schaaf Jr da direitista Fundação Heritage, em conexão com o SNASP(?!), que procura destruir a Renamo. De notar que a Fundação Heritage é o principal apoio da Renamo nos EUA e é nas suas instalações que funciona a representação da Renamo em Washington, e Thomas Schaff Jr tem promovido intensa campanha, particularmente através do "Mozambique Research Center", visando o desinvestimento americano em Moçambique e apoio à Renamo [134].

Chanjunje João, ex-membro da Renamo, testemunha que em Portugal a Renamo tem duas facções. Uma delas está estabelecida em Cascais e é liderada por Ivete Fernandes e integra homens que viveram em Moçambique e aqui tinham seus interesses e que desde há muito não concordam com a liderança da Renamo [135]. De Cascais chegou a Maputo em 1988 um "apelo aos Chefes de Estados e de Governos", endereçado a várias entidades, incluindo Embaixadas acreditadas em Moçambique, que acusa Dhlakama de "traidor" e "agente da Africa do Sul que tenta transformar o nosso movimento de libertação (Renamo) numa 'gang' de ladrões e bandidos (sic)" e de estar a Renamo, a mando de Dhlakama, envolvida em "negócios" que incluem o tráfico de drogas para clientela estabelecida na França, Bélgica, Senegal, Marrocos e Costa do Marfim [136].

No terreno militar também há fortes disputas. No 2.º semestre de 1988 o ex-comandante Gimo Phiri rompeu com a Renamo e estabeleceu na Zambézia um novo grupo, a UNAMO, alegadamente por causa do "tribalismo de Dhlakama" pois "os Ndau (...) ocupam cerca de 70% das posições de chefia no movimento (Renamo) enquanto constituem apenas 2% da população de Moçambique" [137].

Tudo isto revela falta de rumo porque a Renamo não tem um projecto de alternativa de poder ou de um poder paralelo, e nem foi para isso concebida. O seu objectivo é destruir infraestruturas económicas e sociais, nomadizar a população, bloquear as conexões do país, reactivar o tribalismo, i.e: destruir os fundamentos da nação, inviabilizar o funcionamento da sociedade moçambicana.

Entretanto, somos levados a crer que há um conjunto de situações do processo de construção da nova sociedade que objectivamente permitiram o alastramento da Renamo. São as ilegalidades, abusos de poder, desenvolvimento económico e social

desequilibrado entre o campo e a cidade e entre o Norte, o Centro e o Sul, certas práticas coercivas no processo da implantação de aldeias comunais mesmo que as intenções fossem boas, fraco estudo e conhecimento dos diversos modos de produção coexistentes na formação social moçambicana (incluindo a diversidade de formas da dita "sociedade feudal-tradicional") para uma prática correcta da construção da nova sociedade [138]. Importa salientar que alguns destes males haviam sido identificados e a OFENSIVA de 1980 e as directivas do 4.º Congresso iam corrigindo algumas destas situações quando a guerra intensifica-se e alastra-se por várias regiões visando também impedir que a Frelimo corrija os seus erros, não raras vezes tornando os responsáveis menos militantes com o medo de comprometimento e do futuro.

Ao nível da doutrina de defesa moçambicana é de destacar que problemas de logística e de adequação a uma luta anti-guerrilha são fenómenos que diminuíram a capacidade de resposta atempada à evolução da Renamo [139].

A guerra vitima tudo e a todos. Mortes, mutilações, destruições, fome, nomadização da população ("refugiados" e "deslocados") com todas as suas consequências imediatas e futuras - eis as obras de um regime "deselegante" (e dos seus apoiantes externos) para com um vizinho já de si (e por herança) economicamente débil.

9. NOTAS:

[1] - MACHEL, Samora, in: CONSOLIDEMOS AQUILO QUE NOS UNE (reunião da Direcção do Partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas: 14 a 17 de Dezembro de 1982), Maputo: INLD, 1983 (Col. Unidade Nacional - 1), p.61

[2] - SHORE, Herbert, professor americano e amigo pessoal de Eduardo Mondlane, afirma que Mondlane concebia a Frelimo como Frente Unida, onde não deviam existir outras "frentes" divergentes. A luta devia desenvolver-se nessa base. As divergências não deviam levar à formação da "oposição" e a luta pelo desenvolvimento da moçambicanidade baseava-se no conceito da negação do tribalismo, racismo e das regiões ou grupos etno-culturais especiais e no reconhecimento das diferenças e diversidade, ie: diversidade mas não divisão, unidade mas não uniformidade (PALESTRA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE DO MAPUTO: 1988); Ver também: MONDLANE, Eduardo, "Tribos ou grupos étnicos moçambicanos - seu significado para a luta de libertação nacional" - REIS, João & Muiwane, Armando (org. e comp.), DATAS E DOCUMENTOS DA HISTÓRIA DA FRELIMO, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975 (2.ª Ed.), pp.73/79; MACHEL, Samora, O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR EM MOÇAMBIQUE, Maputo: INLD, 1980, pp.33/39; VIEIRA, Sérgio, "Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique (1962/75)", Maputo: UEM/CEA, Janeiro 21/22, 1988, col: SEMINÁRIO EM MEMÓRIA DE AQUINO DE BRAGANÇA E RUTH FIRST, pp.4/5

[3] - AAVV, MANUAL DE HISTORIA DA FRELIMO, Maputo: Faculdade de Marxismo-Leninismo da UEM, 1983? (draft ainda não publicado), p.20

[4] - Para uma compreensão do Sub-Sistema Imperialista da Africa Austral ver: UEM/Departamento de História, HISTORIA: MANUAL DA 10.a CLASSE, Maputo: 1980, pp.3/5; FERREIRA, Eduardo de Sousa (org. e pref.), A AFRICA DO SUL E AS EX-COLONIAS PORTUGUESAS, Lisboa: Iniciativas, 1977 (principalmente os seguintes capítulos: pp.43/68 - COLES, Jane & Cohen, Robin, "O subimperialismo sul-africano" e pp.73/102 - NYATHI, W.M., "O imperialismo sul-africano na Africa Austral")

[5] - JARDIM, Jorge, MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, Lisboa: Intervenção, 1976, pp.34/40. Saliente-se contudo que, Jardim, como enviado especial de Salazar havia mantido com o Dr Banda, em 1961, um encontro secreto, do que resultara a mudança de posição de Banda, da hostilidade para uma colaboração com as autoridades portuguesas, cf. CHRISTIE, Iain, MACHEL OF MOZAMBIQUE, Harare: ZPH, 1988, p.51

[6] - MACHEL, Samora, CONSOLIDEMOS AQUILO QUE NOS UNE, p.61; FAUVET, Paul, "Roots of Counter-Revolution: The Mozambique National Resistance" - REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY (29), Julho de 1984, pp.108/109; THOMASHAUSEN, Dr André E, "The National Resistance of Mozambique" - AFRICA INSIGHT (vol.13, n.º 2), 1983, p.125; ARRIAGA, Kaúlza, GUERRA E POLITICA, Lisboa: Referendo, 1987, p.305 (incluindo a sua nota 2); COELHO, João Paulo Borges, A PRIMEIRA FRENTE DE TETE E O MALAWI, Maputo: AHM (Projecto de Tete), 1984, p.56/57; ALEXANDRE, Carlos, "Frelimo o que é (2): do nacionalismo africano à revolução" - TEMPO (191), Maio 12, 1974, pp.20/22; COELHO, João Paulo Borges, NOTES ON UNAR - based on sources in the Historical Archive (paper translated by Colin Darch): Arquivo do CEA (Departamento da Africa Austral, Pasta "Malawi-Mozambique, Foreign Relations, 1964-1987")

[7] - COELHO, A PRIMEIRA FRENTE DE TETE E O MALAWI, p.57

[8] - ver op.cit na nota 6 e CHRISTIE, op.cit., p.52

[9] - COELHO, A PRIMEIRA FRENTE DE TETE E O MALAWI, p. 58

[10] - PAUL, John, MOZAMBIQUE: MEMOIRS OF A REVOLUTION, London: Peguim, 1975, p.207 e doc. da UNAR cit. in - BRAGANÇA, Aquino & Wallerstein, Immanuel, QUEM E O INIMIGO?, Lisboa: Iniciativas Ed., 1978 (vol.2), pp.282/285

[11] - ver op.cit. na nota 8 e PAUL, op.cit., p.207

[12] - cit. in - SHORT, Philip, BANDA, London & Boston: Routledge & Kegan Paul, 1974, p.179

[13] - ibidem, p.181 e segts

[14] - HEDGES, David, "Apontamento sobre as relações entre Malawi

e Moçambique, 1961-1987" - CADERNOS DE HISTORIA (6): Maputo, UEM, Novembro de 1987, p.10 e segts

[15] - ibidem; SHORT, op.cit., p. 190 e segts

[16] - COELHO, A PRIMEIRA FRENTE DE TETE E O MALAWI, pp.3/7, refere que o MCP (Malawi Congress Party) do Dr Banda, antes mesmo da independência do Malawi, alastrou a ideia de que o território até ao R. Zambeze deveria passar a fazer parte de um Malawi independente, e acrescenta que "Estas e outras linhas de força da propaganda do Malawi Congress Party e, sobretudo, a possibilidade real posta aos olhos de todos, dos africanos se poderem governar a si próprios, provocaram um grande impacto nas regiões fronteiriças de Moçambique", tanto mais que nestas regiões actuavam propagandistas do MCP que eram moçambicanos que, "ao invés de fazerem propaganda de independência de Moçambique defendiam, pelo contrário, a integração de toda aquela região no Malawi". O estudo de Coelho refere-se fundamentalmente à Moatize, mas somos levados a crer que na Zambézia, e particularmente Milange, pela proximidade e ligações com o Malawi o fenómeno fosse o mesmo.

[17] - PAUL, op.cit, p.207

[18] - MACHEL, Samora, A NOSSA FORÇA ESTA NA UNIDADE, Maputo: INLD, s/d, (col. Unidade Nacional-3), pp.26/28. Samora fala em 2000 homens da Zambézia que fugiram da Frelimo para o Malawi. Sérgio Vieira (num encontro privado com o autor) refere tratar-se de cerca de 200 pessoas.

[19] - MACHEL, Samora, O PARTIDO E AS CLASSES TRABALHADORAS MOÇAMBICANAS NA EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA POPULAR (Relatório do CC ao 3.º Congresso), Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, s/d, p.12 e segts

[20] - doc. "A Evolução da Frelimo" (entrevista com Eduardo Mondlane) in: BRAGANÇA, Aquino & Wallerstein, Immanuel, QUEM É O INIMIGO?, Lisboa: Iniciativas Ed., 1978 (vol.2), pp.200/201

[21] - MACHEL, O PARTIDO E AS CLASSES TRABALHADORAS, p.28 e segts

[22] - CAETANO, Marcello, DEPOIMENTO, Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974, p.33 e segts; CAETANO, Marcello, "Importa acelerar o processo de autonomia participada nas Províncias Ultramarinas" - NOTÍCIAS DA BEIRA: Outubro 26, 1973

[23] - JARDIM, Jorge, "Apontamento 1051" (Agosto 25, 1969) in: ANTUNES, José F. (org. e pref.), CARTAS PARTICULARES A MARCELLO CAETANO, Lisboa: D. Quixote, 1985, pp.18/20

[24] - Cf. Sérgio VIEIRA (em conversa privada com o autor), o Coremo tentou de novo impedir a travessia do Zambeze pela Frelimo, em princípios de 1970 mas, desta vez e definitivamente foi liquidado enquanto "força", tal como outras pequenas organizações que no exterior viviam de pequenos donativos

conseguidos com alguma propaganda que faziam.

[25] - ARRIAGA, op.cit., pp.313/314 e p.355 (sua nota 1)

[26] - Para Jardim os GE e GEP's eram muito mais que uma força militar auxiliar ao exército regular português. Era uma força política para se opôr aos ideais da Frelimo. Daí a doutrinação política a que estiveram sujeitos: ver MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, pp.142/143 e CHRISTIE, Iain, "Oscar Kambona: Lisbon's puppet on a string?" DAILY NEWS: Dezembro 13, 1972

[27] - ver cartas de Jardim a Marcello Caetano in: ANTUNES, op.cit., pp.16/18 e 32/33

[28] - cópia do PROGRAMA DE LUSAKA consta in: JARDIM, MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, (Documentos Anexos); ver também MAGALHAES, Fernando, "O 'Plano de Lusaka' para Moçambique: Frelimo, Kaunda, Banda e Nyerere numa entrevista com Jorge Jardim" - EXPRESSO: Agosto 17, 1974

[29] - ver NOTÍCIAS DA BEIRA, artigos de Jorge Jardim assinados com o pseudónimo de "C.A.", p.e: Janeiro, 10, 14, 26, 27, 28 e 29, 1972; Julho 29, 1973; Setembro 29, 1973; Outubro 25 e 29, 1973; Dezembro 1, 6 e 16, 1973

[30] - ver p.e. "Frente de Tete" (entrevista com o Major-General José Moiane) - TEMPO (572): Setembro 27, 1981, pp.64/69

[31] - JARDIM, Jorge, "Apontamento" (Outubro 28, 1971) in: ANTUNES, op.cit., pp.23/26; ARRIAGA, op.cit., pp.356/357; FLOWER, Ken, SERVING SECRETLY, Africa do Sul: Galago, 1987, pp. 300/302

[32] - ARRIAGA, op.cit., p.247; DE VILLIERS, Dirk en Johanna, P.W., Cape Town: Tafelberg, 1984 (em língua "afrikaans". Informação usada aqui foi gentilmente traduzida por Dr Robert Davies do CEA), pp.242/251; MIDDLEMAS, Keith, CABORA BASSA, Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1975, pp.283/284

[33] - JOHNSON, Phyllis & Martin, David, DESTRUCTIVE ENGAGEMENT, Harare: ZPH, 1988, p.3

[34] - ibidem, pp.2/3

[35] - Desde 1965 que a Zâmbia vinha sendo regularmente submetida a boicotes por parte da Rodésia como resposta às sanções que lhe haviam sido decretadas. Ver: NOGUEIRA, Franco, UM POLITICO CONFESSA-SE, Porto: Civilização, 1987, pp.151 e segts; ler carta de Salazar a Banda, in - NOGUEIRA, Franco, SALAZAR, Porto: Civilização, 1985 (vol.6), pp.106/107; e JARDIM, Jorge, RODESIA O ESCANDALO DAS SANÇÕES, Lisboa: Intervenção, 1978, pp.247/261

[36] - ver PROGRAMA DE LUSAKA já citado

[37] - JARDIM, MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, p.142/143

[38] - Cf. Sérgio VIEIRA (conversa privada com o autor). Ver também: "Origens do Banditismo armado" - TEMPO (926): Julho 10, 1988, p.28

[39] - JARDIM, MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, p.172/175

[40] - JOHNSON, & Martin, op.cit., p.3; FLOWER, op.cit., p.300/302

[41] - ver: BRAGANÇA, Aquino, "Independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique, 1974/75" - ESTUDOS MOÇAMBICANOS (5/6), Maputo: CEA, 1986, pp.7/28; TEMPO (208): Setembro 22, 1974, pp.7/8 e 12/16

[42] - GILBERTO, José, "Partidos políticos" - TEMPO (200): Julho 21, 1974, pp.19/24; "Três dias de desespero ou uma lição que temos de aprender" - TEMPO (208): Setembro 22, 1974, pp.49/54; NOTÍCIAS: Setembro 8, 9 e 15, 1974

[43] - ver p.e.: "Ofensiva da extrema direita desmantelada pelo povo e pelo MFA" - NOTÍCIAS: Setembro 29, 1974. De notar que as palavras de ordem desta "maioria silenciosa" eram: "Viva Spínola", "Viva o Ultramar", "Viva a GNR", "Abaixo o MFA"! Ver também: FERRO, Mário, "Origens do envolvimento de portugueses" - NOTÍCIAS: Dezembro, 28, 1984, p.1; SAAVEDRA, Ricardo, AQUI MOÇAMBIQUE LIVRE, Johannesburg: Livraria Moderna, 1975 (2.a ed.), p.85; PASSOS, Inácio de, MOÇAMBIQUE, A ESCALADA DO TERROR, Braga: Literal, 1977, pp.157/160

[44] - cf. Sérgio VIEIRA (no encontro citado)

[45] - cf. CHRISTIE, MACHEL OF MOZAMBIQUE, p.88, por ocasião do levantamento colono do 7 de Setembro de 1974 "(...) o Ministro da Defesa da África do Sul, esteve de facto a planear uma invasão. (...) uma coluna militar (sul-africana) foi posicionada em Komatipoort (...) para invadir Moçambique em apoio à rebelião dos colonos"

[46] - AAVV, "A luta pelo futuro da África Austral: as estratégias das CONSAS e SADCC" - ESTUDOS MOÇAMBICANOS (3): 1981, pp.65/72.

[47] - "O que dizem de nós" e "Comunicado do Ministério da Informação" - TEMPO (325): Dezembro 26, 1976, 61/64

[48] - "Devemos defender a nossa Pátria atacada, devemos apoiar o combate justo do povo do Zimbábue" (comunicação do Presidente Samora Machel à Nação, a 3/3/76), in - TEMPO (287): Março 7, 1976, pp.1/4

[49] - JARDIM, MOÇAMBIQUE TERRA QUEIMADA, p.141

[50] - "Voz da África Livre": transcrições dos programas emitidos podem ser consultados no CEA (em inglês)

[51] - ver p.e.: AAVV, ANGOLA COMANDOS ESPECIAIS CONTRA OS

CUBANOS, Braga: Braga Editora, 1978, pp.167/187; "Origens do banditismo armado" - TEMPO (926): Julho 10, 1988, p.28; JOHNSON & Martin, op.cit., p.4; CABAÇO, José Luís & Lopes, Mota, "O terrorismo hoje na Africa" - NOTÍCIAS: Agosto 2, 1986, p.3

[52] - FAUVET, Paul & Gomes, Alves, "The ' Mozambique National Resistance'" - SUPPLEMENT TO AIM INFORMATION BULLETIN (69): 1982, p.3; JOHNSON & Martin, op.cit., p.5 e segts

[53] - Para entender a trajectória da maioria dos membros da "direcção" da Renamo ver suas notas biográficas em: FAUVET & Gomes, op.cit.; THOMASHAUSEN, op.cit.; TEMPO (926); FERRO, op.cit.

[54] - JOHNSON & Martin, op.cit., p.13

[55] - ver discursos do Presidente Samora Machel in - NOTÍCIAS: Abril 6 e 25, 1984; CHRISTIE, op.cit., p.110

[56] - FAUVET & Gomes, op.cit., p.2

[57] - "Origens do banditismo armado" - TEMPO (926): Julho 10, 1988, pp.28/29

[58] - cf. Marcelino dos SANTOS: REUNIAO COM ESTUDANTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UEM, Centro 8 de Março, Maputo, Dezembro 11, 1982

[59] - FAUVET & Gomes, op.cit., pp.4/5; "'Africa Livre' lança do regime do apartheid" - TEMPO (562), Julho 19, 1981, p.11

[60] - KHOSSA, Jacinto, "O casamento das hienas" - NOTÍCIAS: Julho 22, 1982, p.3

[61] - Documento do MNR capturado em Garágua cit.in - GOMES, Alves, "Como a Africa do Sul nos agride" - TEMPO (597): Março 21, 1982, p.6

[62] - cf. Zunguene João Chinguno, ex-membro do MNR - TEMPO (510): Julho 20, 1980, pp.10/11

[63] - cf. Luís Cufene, ex-colaborador do MNR e comerciante em Mossurize - TEMPO (570): Setembro 13, 1981, p.24

[64] - cf. Filipe Paulo, ex-membro do MNR - TEMPO (570), p.24

[65] - JOHNSON & Martin, op.cit., p.6; Documento de Dhlakama de 1980.11.9, cit. in: GOMES, op.cit., p.6; Depoimento de John Chinawa - TEMPO (510): Julho 20, 1980, p.9

[66] - TEMPO (570): Setembro 13, 1981, pp.24/25; ver também: Proclamação do MNR e transcrições dos programas radiofónicos da "Voz da Africa Livre" no arquivo do CEA; AFRICA CONFIDENTIAL (vol.28, n.o 24): Dezembro 2, 1987; LOPES, Mota, "The MNR: opponents or bandits?" - AFRICA REPORT: Janeiro/Fevereiro, 1986,

p.69. Muitos dos problemas do combate às tradições da "sociedade feudal-tradicional" foram despoletados durante os debates preparatórios e na própria Conferência Extraordinária da OMM: OMM, DOCUMENTOS DA CONFERENCIA EXTRAORDINARIA, 1984

[67] - ver p.e.: "Eles vivem a roubar e matar populações indefesas" - TEMPO (483): Janeiro 13, 1980, p.13; "Tínhamos medo de atacar quartéis" - TEMPO (510): Julho 20, 1980, p.10

[68] - ver p.e. UEM-CEA, ZIMBABWE: A QUESTAO RODESIANA, Maputo: Inld, 1979, pp.91/100

[69] - "Origens do banditismo armado" - TEMPO (926), p.29; "Gorongosa neutralizada agressão inimiga" - TEMPO (474): Novembro 11, 1979, p.14 e segts

[70] - ver p.e. depoimento de John Chinawa - TEMPO (510); TEMPO (480): Janeiro 13, 1980, p.12

[71] - FAUVET & Gomes, op.cit., p.5

[72] - ibidem; "Gorongosa neutralizada agressão inimiga" e "Comunicado do Estado-Maior General das FPLM" - TEMPO (474): Novembro 11, 1979, pp.13/19

[73] - Doc. da Dhlakama cit in - GOMES, op.cit., p.6

[74] - cf. Nhamboca Macorreia Posse - TEMPO (483): Janeiro 13, 1980, p.15

[75] - FAUVET & Gomes, op.cit., pp.5/6

[76] - cf. FAUVET, op.cit., p.113: "In fact, neither Jardim nor Arouca seem to have had much to do with the foundation of the MNR. It is worth putting this bit of the record straight. The most serious ploteing against Frelimo was taking place in Salisbury - yet as far as we know neither Jardim nor Arouca set foot in Rhodesia. Indeed Jardim was persona non grata with the illegal regime - he had fallen out with Ian Smith over a shady deal involving oil in the 1960's".

[77] - ibidem, p.116; "TMR condena 32 contra-revolucionários" - TEMPO (541): Fevereiro 22, 1981, pp.24/25

[78] - CHRISTIE, op.cit., p.91

[79] - MACHEL, Samora, A NOSSA FORÇA ESTA NA UNIDADE, op.cit., pp.37/38

[80] - AFRICA CONFIDENTIAL (vol.27, n.o 18): Setembro 3, 1986, p.5; JOHNSON & Martin, op.cit., pp.23 e 344; "TMR condena 32 contra-revolucionários" - TEMPO (541), pp.24/25

[81] - VIEIRA, Sérgio, DESARMAMENTO E DESENVOLVIMENTO, Varna: Outubro 10/15, 1988 (paper), p.6

- [82] - sobre esta matéria ver p.e. DEPARTAMENTO DE HISTORIA DA UEM, HISTORIA DE MOÇAMBIQUE, Maputo: Cadernos Tempo, 1983 (vol.2), pp.213/224, 233/239 e 243/248; COVANE, Luís António, AS RELAÇÕES ECONOMICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E A AFRICA DO SUL, 1850-1964: ACORDOS E REGULAMENTOS PRINCIPAIS, Maputo: 1988 (draft não publicado); CEA, O MINEIRO MOÇAMBICANO: UM ESTUDO SOBRE A EXPORTAÇÃO DA MÃO DE OBRA, Maputo: IICM, 1977
- [83] - cf. Sara Muchalima, ex-membro do MNR - NOTÍCIAS: Julho 21, 1982
- [84] - GOMES, op.cit., p.6/7
- [85] - O JORNAL (Portugal): Outubro 15, 1982
- [86] - "Garágua: punição exemplar" - TEMPO (584): Dezembro 20, 1981, p.27
- [87] - O DIA (Portugal): Setembro 10, 1982
- [88] - AFRICA NOW: Outubro, 1982; THE STAR INTERNATIONAL AIRMAIL WEEKLY: Agosto 14, 1982
- [89] - THE STAR INTERNATIONAL AIRMAIL WEEKLY: Agosto 14, 1982
- [90] - AFRICA NOW: Outubro, 1982; JOHNSON & Martin, op.cit., p. 23 e segts; AFRICA CONFIDENTIAL (vol.23, n.15): Julho 21, 1982
- [91] - FAUVET, op.cit., p.118. Adriano Bomba é um ex-piloto da Força Aérea moçambicana que fugiu com um "MIG" em 1982 para a África do Sul. Boaventura é seu irmão.
- [92] - O DIABO (Portugal): Agosto 24, 1982
- [93] - GERSONY, Robert, SUMMARY OF MOZAMBICAN REFUGEE ACCOUNTS OF PRINCIPALLY CONFLICT-RELATED EXPERIENCE IN MOZAMBIQUE, Report submitted to Ambassador Jonathan Moore, Director Bureau for Refugee Programs and Dr Chester A. Crocker, Assistant Secretary of African Affairs, Robert Gersony, Consultant to Bureau for Refugee Programs Department of State, April 1988, pp. 11 e 25. Síntese deste relatório foi publicado no NOTÍCIAS: Junho 14, 15, 16, 17, 18 e 21, 1988
- [94] - LOPES, op.cit., p.73; TEMPO (579 e 616), op.cit.; AFRICA NOW: Outubro, 1982
- [95] - FACTS AND REPORTS (vol.13, n.o A): Janeiro 7, 1983 e (vol.13, n.o I): Abril 29, 1983
- [96] - ver discurso do Presidente Samora Machel na X Sessão do CC do Partido Frelimo realizada em Agosto de 1982;
- [97] - FACTS AND REPORTS (vol.13, n.os A, B, I, O, T) de Janeiro 7 e 21, Abril 29, Julho 22 e Setembro 30 de 1982; TIMES: Novembro

26, 1982; O JORNAL: Junho 4, 1982

[98] - MACHEL, Samora, ROMPAMOS DEFINITIVAMENTE COM A BURGUESIA PARA CONSOLIDAR O PODER POPULAR, Maputo: Ed. do Partido Frelimo, 1982, p.40 e segts; RAND DAILY MAIL: Junho 23, 1982; AFRICA RESEARCH BULLETIN: Março, 1982

[99] - FACTS AND REPORTS (vol.13, n.os A e I)

[100] - NOTICIAS: Março 5, 1984; FACTS AND REPORTS (vol.13, n.o D): Fevereiro 18, 1983

[101] - LE MONDE: Maio 14, 1983

[102] - FACTS AND REPORTS (vol.14, n.o B): Janeiro 20, 1984

[103] - AFRIQUE-ASIE (298): Junho 20/Julho 3, 1983, p.20

[104] - NOTICIAS: Março 5, 1984

[105] - AIM, "O Acordo de Nkomati: breve perspectiva histórica", AAVV, PELA PAZ: ACORDO DE NKOMATI, Maputo: Dnpp, 1984, pp.7/9

[106] - FACTS AND REPORTS (vol.13, n.o K): Maio 28, 1983

[107] - NOTICIAS: Março 5, 1984

[108] - Texto do ACORDO DE NKOMATI pode ser consultado in: AAVV, PELA PAZ: ACORDO DE NKOMATI, pp.22/28 (em português); JOHNSON, & Martin, op.cit., e RAND DAILY MAIL: Março 17, 1984 (em inglês)

[109] - AIM, "O Acordo de Nkomati: breve perspectiva histórica", op.cit., pp.7/8

[110] - Usamos a expressão "beirutização" para referirmo-nos a uma escalada da guerra nas proporções da que ocorreu no Líbano em 1982. Neste mesmo ano as Malvinas foram invadidas pela marinha de guerra britânica e em 1983 os EUA assaltaram Granada

[111] - ver discursos do Presidente Samora in - NOTICIAS: Abril 6 e 24, 1984

[112] - THE GUARDIAN: Março 26, 1984; DIARIO DE LISBOA: Abril 6, 1984; A TARDE: Abril 6, 1984; DIARIO POPULAR: Abril 6, 1984

[113] - FACTS AND REPORTS (vol.14, n.o G): Março 30, 1984

[114] - WEST AFRICA: Outubro 22, 1984

[115] - ver discurso do Presidente Samora no encerramento da XII Sessão da AP - NOTICIAS: Abril 30, 1984

[116] - AIM, Boletim mensal (120): Julho, 1986

[117] - ver DOCUMENTOS DA GORONGOSA (extractos de diários da Renamo capturados na Gorongosa em 1985). Estes documentos provam

a continuidade do apoio sul-africano à Renamo, a despeito do Acordo de Nkomati. Ver também: "RAS não cumpre acordo de Nkomati" - NOTÍCIAS: Outubro 1, 1985; "Editorial" - NOTÍCIAS: Outubro 3, 1985; CARDOSO, Carlos, "O governo sul-africano e o masoquismo político" - NOTÍCIAS: Outubro 3, 1985; VASCONCELOS, Leite de, "Como e quem pode confiar em Pretória?" - NOTÍCIAS: Outubro 9, 1985; VASCONCELOS, Leite de, "Viljoen vem à ribalta" - NOTÍCIAS: Outubro 10, 1985

[118] - NOTÍCIAS: Outubro 11, 1986

[119] - AFRICA CONFIDENTIAL (vol.27, n.o 18): Setembro 3, 1986, p.5; CASTILHO, Carlos & Pimenta, P., "As abelhas do presidente" - CADERNOS DO 3.o MUNDO (97): Janeiro, 1987, pp.57/62;

[120] - JOHNSON & Martin, op.cit., pp.347/348

[121] - AFRICA CONFIDENTIAL (vol.26, n.o 15): Julho 17, 1985; ZIMBABWEAN INTELLIGENCE: Outubro, 1987; SOUTHERN AFRICA REPORT: Outubro 16, 1987

[122] - RAND DAILY MAIL: Abril 25, 1984; THE CITIZEN: Dezembro 17, 1986; THE INDIAN OCEAN NEWSLETTER: Dezembro 20, 1986 e Janeiro 17, 1987; SOUTHERN AFRICA REPORT: Outubro 16, 1987

[123] - "The Roots of Armed Banditry" - MOZAMBIQUE BRIEFING (5): Partido Frelimo, 1987, p. 23; "Origens do banditismo armado" - TEMPO (926), op.cit., p.34

[124] - TEMPO (832): Setembro 21, 1986, pp.25/30; FERRO, Mário, "O Malawi do outro lado da fronteira" - TEMPO (926): Julho 17, 1988, p.4

[125] - OLIVEIRA, Handel de (org), "Documento secreto - A reunião que preparou a invasão do Malawi" - TEMPO (Portugal): Dezembro 4, 1986, pp.29/32. Ver Também FERRO, "O Malawi do outro lado da fronteira", p.4

[126] - LE MONDE: Maio 14, 1983

[127] - ibidem

[128] - HANLON, Joseph, "Stealing the dream" - NEWSTATSMAN: Outubro 19, 1984

[129] - cf. ibidem: " (...) United States has used its emergency aid to re-establish itself in Mozambique. (...) Mozambique's famine was more a result of South Africa destabilisation than of the drought. The US held back until it was convinced that Mozambique was 'turning toward the West', then forced Mozambique to accept the presense of a serie of right-wing Non-Government Organizations (NGO's), including World Vision. (...). Under the new aid deal, staff from the US 'disaster relief' organization CARE will be in offices in each provincial capital - ideal watching and listening posts, with legitimate reasons to travel

throughout the country to look at the progress of the war and any growing opposition. The final step is to undermine the credibility of Frelimo (...)"

[130] - do discurso de P.W.Botha, cit. in. AAVV, "A luta pelo futuro da Africa Austral ...", op.cit.

[131] - ver nota 93. O referido relatório foi feito pelo Dr Robert Gersony, a pedido do Departamento de Estado Americano, com base em entrevistas com deslocados e refugiados moçambicanos. Vale a pena ler na sua totalidade, porque parece-nos um documento "insuspeito" (quer dizer não "forjado" pela Frelimo. Foi feito para e por um funcionário americano). Revela bem o carácter da Renamo.

[132] - Nos anos 60 o conceito de "Conflitos de Baixa Intensidade" referia-se ao tipo de armas. I.e.: referia-se a guerras onde não eram empregues bombardeiros, tanques, mísseis, etc., mas sim espingardas, granadas e outras armas ligeiras. No "pós-Vietnam", quer dizer, depois do envolvimento dos EUA numa guerra de "alta intensidade" o conceito foi reformulado. Trata-se acima de tudo de guerras onde as grandes potências não se envolvem directamente, usam intermediários. Não há grandes riscos para as potências. As armas usadas são ligeiras e envolve acções económicas e psicológicas. Sobre esta matéria ler: KLARE, Michael & Kornbluh, Peter (org), LOW INTENSITY WARFARE, Nova York: Pantheon Books, 1988 (principalmente o artigo dos organizadores, "The new interventionism: low-intensity warfare in the 1980's and beyond", pp.3/20 e o artigo de Klare, "The interventionist impulse: US military doctrine for low-intensity warfare", pp.49/79); SAUL, John S., DEVELOPMENT AND COUNTER-DEVELOPMENT STRATEGIES IN MOZAMBIQUE (paper presented in Bergen): Abril, 1986, p.17 e segts

[133] - THE INDIAN OCEAN NEWSLETTER: Abril 26, 1986, p.3

[134] - MUSKER, Paul, "The splintering of Renamo" - WEEKLY MAIL: Julho 8, 1988; AFRICA (Lisboa): Novembro 26, 1986

[135] - AIM (despacho), MNR PRESS CONFERENCE/BANDIT SPLITS, Maputo: Novembro 30, 1988

[136] - Documento da Renamo circulado em Maputo (em inglês), enviado de Cascais por correio para várias missões diplomáticas. Cópia pode ser consultado no CEA

[137] - MUSKER, "The splintering of Renamo"; AIM (despacho), MNR PRESS CONFERENCE/ BANDIT SPLITS, Maputo: Novembro 30, 1988

[138]- ver p.e: MACHEL, Samora, DESALOJEMOS O INIMIGO INTERNO NO NOSSO APARELHO DE ESTADO, Maputo: Partido Frelimo, 1980, pp. 30, 73/4 e 77; MACHEL, Samora, "Sem legalidade não há combate ao banditismo" in: NOTÍCIAS: Maio 14, 1984; "Construir o Socialismo à maneira moçambicana" in: TEMPO (931): Agosto 14, 1988, p.27 e segts; GEFFRAY, Christian & Pederson, Mogens, "Sobre a guerra na

provincia de Nampula" in: REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS (4/5): Janeiro/Dezembro, 1986, pp.303/318; RAPOSO, Isabel, "Do habitat disperso às 'aldeias comunais'" in: SOCIEDADE E TERRITÓRIO (revista de estudos urbanos e regionais): ano 3, Julho, 1988, pp.106/121; "Produzir algodão e castanha de caju não é favor, é ordem do Estado" - TEMPO (836): Setembro 19, 1986

[139] - ver "Relatório do Governo sobre as Forças Armadas" - NOTÍCIAS: Julho 29, 1986, p.3

***** ***** *****
[Maputo, Novembro de 1988]
***** ***** *****